



## EDITAL

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2024**  
**Processo Administrativo Nº 26/2024**

A Prefeitura Municipal de Tufilândia – MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021, da Lei Complementar n.º 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e, de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, fará realizar licitação na modalidade CONCORRÊNCIA na forma ELETRÔNICA mediante as condições estabelecidas neste Edital.



**ÓRGÃO GERENCIADOR**  
Secretaria Municipal de Administração

**ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)**



**OBJETO**  
contratação de empresa para reformas de quadras esportivas do município de Tufilândia - MA



**VALOR TOTAL ESTIMADO**  
R\$ 881.364,48 (oitocentos e oitenta e um mil, trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta e oito centavos)



**PORTAL UTILIZADO:** Licita Tufilândia  
**ENDEREÇO DO PORTAL:** [www.licitatufilandiama.com.br](http://www.licitatufilandiama.com.br)  
**DATA:** 04 de julho de 2024  
**HORÁRIO:** 09:00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF)  
**E-MAIL:** [cpl.tufilandia@outlook.com](mailto:cpl.tufilandia@outlook.com)



**AGENTE DE CONTRATAÇÃO**  
Zenilde da Luz Leitão

**AUTORIDADE COMPETENTE**  
Jheymsion Carlos dos Santos Pereira



## EDITAL

CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DA CONTRATAÇÃO	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO
FORMA DE ADJUDICAÇÃO	POR ITEM
MODO DE DISPUTA	ABERTO
INTERVALO ENTRE OS LANCES	R\$ 100,00 (cem reais)
REGIME DE EXECUÇÃO	OUTROS
EXIGÊNCIA DE VISITA TÉCNICA	<p>SIM, Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;</p> <p>A licitante poderá realizar Visita Técnica para inteirar-se de todas as informações necessárias sobre os serviços a serem prestados, visando a formulação da sua proposta;</p> <p>Caso a licitante não queira realizar a visita técnica, poderá participar do certame em todos os seus atos, porém, não poderá reclamar ou invocar desconhecimento sobre os serviços a serem prestados, o itinerário e as condições da prestação dos serviços para justificar qualquer falha ou dificuldade operacional;</p> <p>O Atestado e/ou Declaração de Visita deverá ser apresentado pela licitante juntamente com a documentação de habilitação;</p> <p>No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, todos os licitantes portadores desses atestados serão inabilitados.</p>
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	<p><input checked="" type="checkbox"/> Qualificação Técnica:</p> <p>a) Registro ou inscrição da empresa e dos responsáveis Técnicos no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, da região da Sede da Empresa. As empresas sediadas em outras regiões de jurisdição do CREA, deverão apresentar visto do CREA-MA, nos termos do art. 65, da Lei 5.194, de 14/12/66.</p> <p>b) Atestado ou declaração de capacidade técnica-operacional, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante (pessoa jurídica) executou ou está executando serviços/obras em conformidade com o objeto da presente licitação, onde o mesmo deverá estar registrado/averbado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, nos termos da Lei 14.133/2021. E/OU</p> <p>c) Atestado de Capacidade Técnica-profissional, acompanhado da CAT (Certidão de Acervo Técnico), emitido por pessoa jurídica</p>





## EDITAL

	<p>de direito público ou privado, registrado no CREA, comprovando que seus responsáveis técnicos exerceram atividades compatíveis em característica com o objeto licitado, especialmente as consideradas de maior relevância dos serviços/obras a serem realizado;</p> <p>d) Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a realização da licitação, engenheiro civil, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.</p> <p>e) Comprovação do vínculo empregatício dos profissionais exigidos na alínea "d", mediante a apresentação de cópia do Contrato de Trabalho com a empresa, constante da Carteira Profissional ou da Ficha de Registro de Empregados (FRE) que demonstre a identificação do profissional, com o visto do Ministério do Trabalho ou documentos afins.</p> <p>e.1) Quando o responsável técnico for dirigente ou sócio da empresa licitante, esta comprovação será feita através da apresentação do Ato Constitutivo e da Certidão do CREA, devidamente atualizados.</p>
<b>EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE PROPOSTA</b>	<p>SIM, Garantia de Proposta: O licitante interessado em participar da presente licitação, deverá apresentar juntamente com a proposta garantia em valor correspondente a 1% (um por cento) do valor da licitação, podendo o proponente optar pelas seguintes modalidades:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1 - Caução em dinheiro juntamente com o comprovante de pagamento da mesma;</li><li>2 - Títulos da Dívida Pública, emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.</li><li>3 - Seguro Garantia;</li><li>4 - Fiança Bancária;</li><li>5 - Caso a licitante opte pela caução em dinheiro, deverá o valor ser depositado em nome da Prefeitura Municipal de Tufilândia - MA, no Banco do Brasil, Agência nº 2449-X, Conta Corrente nº 64079-4, Contra Tributos.</li></ol>
<b>EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE CONTRATO</b>	NÃO
<b>PERMITE PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO</b>	NÃO
<b>HAVERÁ INVERSÃO A FASE DE HABILITAÇÃO?</b>	NÃO
<b>PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA</b>	90 (noventa) DIAS



## EDITAL

DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	
Itens/Lotes destinados a participação exclusivamente para MEI/ME/EPP, cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)? (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)	NÃO
Itens/Lotes com reserva de cotas destinados a participação exclusivamente para MEI/ME/EPP? (Art. 48, III, Lei Complementar nº 123/06)	NÃO
Prioridade de contratação para MEI/ME/EPP sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido? (Art. 48, §3º, Lei Complementar nº 123/06)	NÃO





## EDITAL

### 1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. A presente licitação tem por objeto contratação de empresa para reformas de quadras esportivas do município de Tufilândia - MA, conforme as quantidades, especificações e condições descritas no Termo de Referência/Projeto Básico, anexo a este Edital.

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas na Plataforma do Processo de Contratação e as especificações constantes deste Edital, serão consideradas como válidas as do Edital, sendo estas a que os licitantes deverão se ater no momento da elaboração da proposta.

### 2. RECURSO ORÇAMENTÁRIO

Órgão : 02 PODER EXECUTIVO

Unidade : 05 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO DESPORTO E LAZER

Dotação : 04.812.0004.2587.00004. 4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

Órgão : 02 PODER EXECUTIVO

Unidade : 18 FUNDO MUNIC. DE COMP.FINANC E EXPLORAÇÃO MIN

Dotação : 27.813.2008.2858.00004. 4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

### 3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste procedimento de contratação as interessadas estabelecidas no País, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste Edital e nos seus Anexos, inclusive quanto à documentação, que desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste procedimento de contratação, previamente credenciadas no sistema "LICITA TUFILÂNDIA" através do site [www.licitatufilandiam.com.br](http://www.licitatufilandiam.com.br).

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste certame deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.1.2. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Prefeitura Municipal responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este procedimento.

3.1.4. Informações complementares sobre o credenciamento junto ao provedor do sistema deverão ser obtidas diretamente com o suporte técnico da plataforma indicada neste edital.

3.2. Conforme definido nos Critérios Gerais da Contratação, no preâmbulo deste edital, os itens ou lotes, conforme o critério de adjudicação, com valores até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), são de participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do processo de contratação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.3. Ficam impedidos de participar desta licitação:

3.3.1. Aquele que não atenderem às condições deste edital;

3.3.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando o processo de contratação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;





## EDITAL

- 3.3.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando o processo de contratação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.3.4. Aquele que estejam em processo de dissolução, liquidação, falência ou concurso de credores;
  - 3.3.4.1. Nos casos em que o empresário esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, poderá participar desde que apresente o plano de recuperação homologado em juízo.
- 3.3.5. Pessoa Física ou Jurídica que se encontre, ao tempo do processo de contratação, impossibilitada de contratar com a administração pública em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - 3.3.5.1. O impedimento de que trata o este item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.3.6. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.3.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.3.8. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.3.9. Agente público do órgão ou entidade licitante;
  - 3.3.9.1. A vedação de que trata este estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do processo de contratação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.3.12. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
- 3.4. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.5. A simples apresentação da proposta implica, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim o agente de contratação de qualquer responsabilidade civil ou penal.

#### 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. No preâmbulo deste edital está definido se a fase de habilitação poderá ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.
  - 4.1.1. Caso a fase de habilitação NÃO anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, dos documentos de habilitação somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
  - 4.1.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste Edital.





## EDITAL

- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor de sua proposta, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.
- 4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
  - 4.4.2. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
  - 4.4.3. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.11. A entrega da proposta e dos documentos de habilitação, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

### 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, com todos os dados exigidos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.





## EDITAL

- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta é aquele estabelecido no preâmbulo deste edital de licitação, contados da data de abertura da sessão pública.
- 5.8.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do Contrato, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

### 6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 6.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do presente procedimento de contratação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.4. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança de sua proposta e seus documentos de habilitação.
- 6.5. Aberta a sessão pública do certame, as propostas de preços serão irrevogáveis, não se admitindo retificações ou alterações nos preços ou nas condições estabelecidas, salvo quanto aos lances ofertados, na fase própria do certame.

### 7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 7.1. O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 7.1.1. Também será desclassificada a proposta preenchida e que identifique o licitante.
- 7.1.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.1.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.2. O Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública da licitação quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, irá perdurar por mais de um dia.
- 7.2.1. Após a suspensão da sessão pública, o Agente de Contratação enviará, via chat, mensagens aos licitantes informando a data prevista para o início da oferta de lances.
- 7.3. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

### 8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 8.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.
- 8.2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto superior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
- 8.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, está estabelecido no preâmbulo deste edital.
- 8.4. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.
- 8.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.





## EDITAL

- 8.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 8.7. O licitante poderá solicitar a exclusão de seu último lance ofertado, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível, que será avaliado pelo Agente de Contratação.
- 8.8. Durante a fase de lances, o Agente de Contratação poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja entendido como manifestamente inexequível.
- 8.9. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Processo de Contratação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.11. **No preâmbulo deste edital está definida o modo de disputa deste certame, que poderá ser:**

**8.11.1. Modo de Disputa Aberto:**

- 8.11.1.1. No modo de disputa "aberto", a apresentação de lances públicos é de forma sucessiva, com prorrogações.
- 8.11.1.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.11.1.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.11.1.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 8.11.1.5. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**8.11.2. Modo de Disputa Aberto-Fechado:**

- 8.11.2.1. No modo de disputa "aberto e fechado", é quando os licitantes apresentam lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 8.11.2.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após isso, transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 8.11.2.3. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 8.11.2.3.1. O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por oferecer melhor lance.
- 8.11.2.3.2. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 8.11.2.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.11.2.4.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



## EDITAL

- 8.11.2.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.11.3. **Modo de Disputa Fechado-Aberto:**
- 8.11.3.1. Poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 8.11.3.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item anterior, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 8.11.3.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.11.3.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.11.3.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 8.12. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 8.12.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 8.12.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 8.12.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 8.12.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 8.12.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 8.12.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 8.12.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 8.12.2.2. empresas brasileiras;
- 8.12.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 8.12.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

## 9. DOS CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DE BENEFÍCIOS ÀS ME/EPPs

- 9.1. O licitante que deixar de assinalar o campo da "Declaração de ME/EPP" não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas.
- 9.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física





## EDITAL

- e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, e nos termos estabelecidos no preâmbulo do presente instrumento.
- 9.3. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa e empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:
- 9.3.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste procedimento.
  - 9.3.2. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
  - 9.3.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.
  - 9.3.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.
  - 9.3.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.
- 9.4. **No preâmbulo do presente instrumento constam todos os benefícios específicos que serão aplicados às microempresas e empresas de pequeno porte, e conforme cada benefício seguirão regras específicas, conforme estabelecido nos itens subsequentes.**
- 9.5. Quando aplicado o benefício de itens/lotos destinados à participação exclusiva para MEI/ME/EPP, com valores totais até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), proceder-se-á da seguinte forma:
- 9.5.1. Em atendimento ao disposto no artigo 48, I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, todos os itens/lotos cujo valor total seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), serão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.
- 9.6. Quando aplicado o benefício de Itens/Lotes com reserva de cotas destinados a participação exclusivamente para MEI/ME/EPP?, proceder-se-á da seguinte forma:
- 9.6.1. Em atendimento ao disposto no artigo 48, III, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, todos os itens/lotos cujo valor total seja superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), serão divididos em cotas para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme percentual estabelecido no preâmbulo deste instrumento.
  - 9.6.2. Para a cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte, a proposta comercial deverá ser apresentada separadamente, para cada item/lote, conforme itens relacionados no Termo de Referência.
  - 9.6.3. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem preço do primeiro colocado.
  - 9.6.4. Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação se dará pelo menor preço ofertado.
- 9.7. Quando aplicado o benefício de prioridade de contratação para MEI/ME/EPP sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, proceder-se-á da seguinte forma:
- 9.7.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte sediada no âmbito local ou regional, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte sediada localmente ou regionalmente, que seja igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta mais bem classificada, será dada PRIORIDADE de contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte sediada localmente ou regionalmente, com a declaração de vencedor do item.





## EDITAL

- 9.7.2. No preâmbulo deste instrumento convocatório está definido se o presente benefício será aplicado somente em âmbito local ou regional.
- 9.8. A participação nos itens/lotos expressamente reservados às microempresas e empresas de pequeno porte, por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, sujeitando a mesma à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com esta Prefeitura Municipal, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

### 10. DA NEGOCIAÇÃO

- 10.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 10.2. O Agente de Contratação poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.
- 10.3. Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 10.3.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 10.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 10.5. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance no prazo mínimo de 2h (duas horas), acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital, contado da convocação efetuada pelo Agente de Contratação.
- 10.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação por solicitação justificada do licitante, formulada antes do fim do prazo, e formalmente aceita.
- 10.5.2. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.
- 10.6. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

### 11. DA FASE DE JULGAMENTO

- 11.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e as Condições de Participação deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 11.1.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União;
- 11.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; e
- 11.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- 11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992
- 11.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 11.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 11.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 11.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 11.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.





## EDITAL

- 11.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este Edital.
- 11.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 11.7.1. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 11.7.1.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 11.8. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, em prazo indicado no Chat, sob pena de não aceitação da proposta.
- 11.8.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Contratação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta
- 11.8.2. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 11.8.3. Considerar-se-á inexequível a proposta que não possa ter demonstrado sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste procedimento de contratação.
- 11.8.4. Antes de desclassificar a proposta de preços e/ou lance ofertado, será oportunizado, em caráter de diligência, à empresa licitante de melhor oferta que apresente documento(s) que comprove(m) que o(s) preço(s) ofertado(s) não é(são) inexequível(eis).
- 11.9. Será desclassificada a proposta que:
- 11.9.1. não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Agente de Contratação;
- 11.9.2. contiver vícios insanáveis;
- 11.9.3. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 11.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 11.9.5. com valor unitário ou global com preços manifestamente inexequíveis
- 11.9.5.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não possa ter demonstrado sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste procedimento de contratação.
- 11.9.5.2. Antes de desclassificar a proposta de preços e/ou lance ofertado, será oportunizado, em caráter de diligência, à empresa licitante de melhor oferta que apresente documento(s) que comprove(m) que o(s) preço(s) ofertado(s) não é(são) inexequível(eis)
- 11.9.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 11.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores ao percentual indicado no preâmbulo deste Edital do valor orçado pela Administração.
- 11.10.1. inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:
- 11.10.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 11.10.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 11.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar





## EDITAL

- será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 11.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 11.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 11.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 11.13. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência/Projeto Básico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 11.13.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 11.13.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 11.13.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 11.13.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência/Projeto Básico.

## 12. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 12.1. A regra para o momento de envio dos documentos de habilitação é aquela definida no preâmbulo deste edital, podendo ou não anteceder as fases de apresentação de propostas e lances nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.1.1. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 12.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, em 2 (duas) horas.
- 12.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais ou cópias autenticadas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 12.3.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados para a Comissão Permanente de Licitação, situada no endereço indicado no rodapé deste edital.
- 12.4. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64)
- 12.4.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 12.4.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 12.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 12.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.





## EDITAL

- 12.7. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 12.8. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 12.9. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 12.9.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 12.10. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 12.10.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 12.11. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 12.11.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 12.12. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.
- 12.12.1. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 12.13. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.
- 12.13.1. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 12.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 12.15. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 12.16. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 12.17. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, especialmente quanto ao capital social ou patrimônio líquido mínimo, quando assim o edital exigir, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 12.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

### 13. DA VISITA TÉCNICA





## EDITAL

13.1. As regras relacionadas a visita técnica são as estabelecidas no **preâmbulo** deste Edital.

### 14. DOS RECURSOS

- 14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2. Declarada a vencedora, o Agente de Contratação abrirá prazo não inferior a 10 (dez) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.
  - 14.2.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 14.2.2. A falta de manifestação do licitante quanto à intenção de recorrer importará a preclusão desse direito e autoriza o Agente de Contratação a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.
- 14.3. A licitante que manifestar a intenção de recurso deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
  - 14.3.1. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação
  - 14.3.2. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 14.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 14.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente
- 14.7. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico com endereço no preâmbulo deste instrumento.

### 15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
  - 15.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;
  - 15.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
    - 15.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 15.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 15.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
    - 15.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
    - 15.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
  - 15.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
    - 15.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
  - 15.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
  - 15.1.5. fraudar a licitação
  - 15.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:





## EDITAL

- 15.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 15.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 15.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 15.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 15.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 15.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 15.2.1. advertência;
  - 15.2.2. multa;
  - 15.2.3. impedimento de licitar e contratar e
  - 15.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 15.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 15.3.2. as peculiaridades do caso concreto
  - 15.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 15.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 15.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 15.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
  - 15.4.1. Para as infrações previstas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
  - 15.4.2. Para as infrações previstas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7 e 20.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 15.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 15.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito desta Administração Pública direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 15.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor desta Administração.
- 15.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 15.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão





## EDITAL

recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 15.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 15.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 15.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados a essa Administração.

### 16. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 16.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste procedimento de contratação mediante petição a ser enviada para o endereço eletrônico descrito no preâmbulo do presente edital ou através de campo próprio do sistema.
- 16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 16.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 16.4. Para a resposta dos esclarecimentos e o julgamento das impugnações o Agente de Contratação será auxiliado pelo setor técnico competente.
- 16.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 16.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.
- 16.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no mural da plataforma utilizada para realização do certame através do endereço [www.licitatufilandia.ma.com.br](http://www.licitatufilandia.ma.com.br) e vincularão os participantes e a Administração.

### 17. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 17.2. A Autoridade Competente do Órgão Requisitante compete anular este procedimento de contratação por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.
- 17.2.1. A anulação do procedimento de contratação induz à extinção do contrato.
- 17.2.2. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 17.3. O Agente de Contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, para orientar sua decisão.
- 17.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente desta Prefeitura.
- 17.5. O Agente de Contratação ou a Autoridade Superior, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais, desde que não comprometam a proposta, a legislação vigente e a lisura desta Licitação, reservando-se o direito de promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da Sessão Pública.
- 17.6. As normas que disciplinam este procedimento de contratação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.





## EDITAL

- 17.7. Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital prevalecerá a redação deste.
- 17.8. Em se tratando de certame que seja para aquisição de bens de natureza divisível, que possua cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte:
- 17.8.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.
- 17.8.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
- 17.8.3. Será priorizada a aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.
- 17.9. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários.
- 17.10. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a Sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação em contrário.
- 17.11. Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, todas as disposições relativas às MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.
- 17.12. Os casos omissos serão decididos pelo Agente de Contratação em conformidade com as disposições constantes das Leis no preâmbulo deste Edital e demais normas pertinentes.
- 17.13. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Comarca de Pindaré Mirim, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 17.14. Este Edital será fornecido a qualquer interessado, através dos sítios [www.licitatufilandia.ma.com.br](http://www.licitatufilandia.ma.com.br) e <https://www.tufilandia.ma.gov.br/>.
- 17.15. Os licitantes ficam informados sobre os termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, em especial, ao constante no art. 5.º, inciso IV, correspondente aos procedimentos licitatórios, indicando que qualquer indício de conluio, ou de outra forma de fraude ao certame, implicará aos envolvidos as penalidades previstas no mencionado diploma legal.

### 18. ANEXOS

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Modelo de Proposta de Preços
Anexo III	Minuta do Termo de Contrato

Tufilândia – MA, 12 de junho de 2024

JHEYMISON CARLOS DOS SANTOS PEREIRA  
CPF: 038.000.483-9  
SEC. DE ADM. PLANEJAMENTO E FINANÇAS  
Prestaria Nº 028/2021/GAB

Jheymison Carlos dos Santos Pereira  
Secretário de Administração  
002/2021

**CADERNO DE DISCRIMINAÇÕES TÉCNICAS DA REFORMAS DE QUADRAS  
ESPORTIVAS DO MUNICÍPIO DE TUFILÂNDIA - MA.**

*Daniel Alves Castelo Branco*  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111684316-1

**DANIEL ALVES CASTELO BRANCO**  
Engenheiro Civil  
CREA: 111684316-1



## ÍNDICE

### DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

- MEMORIAL DESCRITIVO
- ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA
- COMPOSIÇÃO DE BDI
- ENCARGOS SOCIAIS
- MEMÓRIA DE CÁLCULO
- COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS
- PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
- CURVA ABC
- PLANILHA DE LEVANTAMENTO DE EVENTOS
- QCI
- QUADRO DE CUBAGEM
- ART
- PLANTAS
- CD

*Daniel Alves Castelo Branco*  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111684316-1

## MEMORIAL DESCRITIVO

### 1. INTRODUÇÃO

A obra será suprida de todos os materiais e equipamentos necessários para garantir a segurança e higiene dos operários, de acordo com a NR-18, sendo esta uma obrigação da CONTRATADA.

Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser comprovadamente de boa qualidade e satisfazer rigorosamente as especificações a seguir. Todos os serviços serão executados em completa obediência aos princípios de boa técnica, devendo ainda satisfazer rigorosamente às Normas Brasileiras.

A obra deverá ser mantida permanentemente limpa e organizada. Durante a obra será feito periódica remoção de todo entulho e detritos que venham a se acumular no local.

Deverá também ser fornecido e mantido na Obra a cargo da CONTRATADA o Diário de Obra (Modelo Padrão IPPUC) o qual deverá ser entregue à prefeitura Municipal para a fiscalização de obras ao final de cada mês, contendo todas as informações devidamente preenchidas, com assinatura do engenheiro responsável e da fiscalização.

É de responsabilidade da CONTRATADA o pagamento das taxas, impostos e demais despesas geradas pela obra, bem como o recolhimento do ISS.

### 2. SITUAÇÃO ATUAL

As quadras encontram-se em estado incompatível à utilização pela população dificultando o lazer neste local, portanto faz-se necessário a sua reforma de forma imediata.

### 3. OBJETIVOS

#### Geral

Implementar a reforma das quadras de futsal do município.

#### Específico

Prover para a população TUFILÂNDIA locais adequados para a prática esportiva;

Promover a melhoria nas condições de conforto à prática de esportes nas quadras do município;

Contribuir para a manutenção do bem estar da população.

### 4. LOCALIZAÇÃO

Ver planta de implantação em anexo.

### 5. JUSTIFICATIVA

O projeto de reformas de quadras esportivas tem por finalidade promover a população de TUFILÂNDIA melhores condições de lazer.

*Daniel Alves Castelo Branco*  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111684316-1

**DANIEL ALVES CASTELO BRANCO**  
Engenheiro Civil  
CREA: 111684316-1



## ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

### SERVIÇOS INICIAIS

#### Placa de obra

Será de responsabilidade da CONTRATADA providenciar a afixação das placas de obra e dos responsáveis técnicos pela execução, em local visível, de acordo com as exigências do CREA.

### DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES

No local indicado em projeto haverá demolição parcial do piso da quadra de concreto do ginásio. O procedimento será realizado manualmente com a utilização de martelo. A área restante da quadra receberá lixamento para posterior demarcação das modalidades. O controle das operações de limpeza será feito pela Fiscalização, após a conclusão dos serviços.

- portões metálicos de acesso a quadra, inclusive estrutura;
- cabos elétricos;
- luminárias tubulares, interruptores e tomadas;

Os demais itens serão retirados sem reaproveitamento, porém deverão também ser removidos de forma manual. A fiscalização deve ser consultada sobre o destino do material removido.

#### Limpeza de superfície com jato de alta pressão

Deverá ser realizada limpeza com jato de alta pressão nos banheiros, contemplando piso, teto, paredes e louças já instaladas. Se necessário, deve ser utilizado produto que permita a realização adequada do procedimento. A qualidade da limpeza realizada deve ser aprovada pela fiscalização da obra.

#### Lixamento de piso de concreto

A fração de piso da quadra que não será reconstruída, deve receber lixamento mecânico com equipamento adequado, até remover toda a pintura das faixas de demarcação das modalidades. O lixamento deve ser homogêneo a fim de que não fiquem imperfeições e ondulações no piso.

#### Lixamento de piso de concreto

Os materiais provenientes das demolições deverão ser juntados para posterior retirada do local. O material retirado deverá ser encaminhado para local adequado, aprovado pela fiscalização da obra.

*Daniel Alves Castelo Branco*  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111684316-1

**DANIEL ALVES CASTELO BRANCO**  
Engenheiro Civil  
CREA: 111684316-1

### Transporte de entulhos

Os entulhos armazenados provenientes dos serviços de demolição deverão ser transportados até um local apropriado para descarte, sendo que este local deverá ser aprovado pela fiscalização da obra e até uma distância de 1Km. Estes materiais poderão ser utilizados no aterro, porém deverá ter a aprovação prévia da fiscalização.

## SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO

### Lastro de brita

Após a compactação do solo e antes da execução do piso em concreto, deverá ser executado o lastro de brita nº 1 com espessura mínima de 7 cm. Essa camada deverá ser compactada manualmente com soquete. Dever-se-á tomar o cuidado de remover quaisquer pedras que fiquem sobre as brocas.

### Piso em concreto armado com juntas de dilatação

Sobre a camada de brita deverá ser colocada uma lona preta para a impermeabilização e sobre esta, uma malha de aço CA-60 nervurado, com fio de 4,2mm, malha 15,00 x 15,00 cm, e soldada em todos os pontos de cruzamento. Esses itens não deverão ser executados sobre a cabeça da broca.

O piso a ser executado (piso acabado) deverá estar perfeitamente nivelado, desempenado com máquina e polido para receber posterior pintura. Esta camada de concreto não deverá ter espessura inferior a 7,0cm acabado.

O concreto deverá ter fck igual ou superior a 20MPa, com adição de impermeabilizante. Quando iniciar a reação do concreto e este passar a suportar o peso de máquina e operador, deverá ser realizado o polimento mecânico (tipo bambolê) da superfície.

Para garantir o processo de cura correto do concreto, bem como evitar fissuras no mesmo, prejudicando sua durabilidade e aparência, deve ocorrer a sua cura úmida, ou seja, a quadra deve ser molhada três vezes ao dia, por no mínimo três dias, desde minutos após a sua concretagem.

Após a cura úmida do piso em concreto, deverão ser executadas as juntas de dilatação de 2,00mm de espessura e 3,00cm de profundidade, com policorte (disco diamantado), em panos de 3,00x3,00 m, com o objetivo de minimizar trincas e fissuras. As juntas deverão ser seladas com poliuretano, na cor do concreto.

### Revestimento cerâmico para piso

Nos locais onde a fiscalização exigir a substituição do piso cerâmico nos banheiros, deverá ser executada a colocação de novas peças cerâmicas, contendo as mesmas dimensões daquelas existentes, bem como, cor, modelo e tonalidade semelhantes ao piso existente. As peças que estiverem em boas condições não devem ser removidas.

Não serão aceitas peças com trincas, quebradas, manchadas, com tonalidades distintas,



que não apresente superfície plana ou que não estejam em seu esquadro perfeito.

A resistência do piso deve ser PEI 3, não sendo aceito aquele com resistência inferior ao especificado. O assentamento das peças dar-se-á com a utilização de espaçadores plásticos com a espessura da fuga de acordo com aquelas existentes no local e com argamassa AC-II.

O ajuste de posicionamento e a fixação das peças podem ser realizados por meio de pequenas batidas com martelo de borracha ou colher de pedreiro. Os cortes das peças devem ser feitos com equipamentos adequados, permitindo arremates perfeitos com o cobrimento dos cortes por rejunte e devem ser executados antes da aplicação da argamassa colante. A cor do rejunte deve seguir o padrão existente e ser aprovada pela fiscalização.

Não serão aceitas peças assentadas com ponto de argamassa, fora de alinhamento, com juntas em tamanho diferente ao especificado, não niveladas, com falha de preenchimento. A limpeza das peças, incluído a remoção de restos de argamassa ou mesmo de tinta é de responsabilidade total da CONTRATADA.

## **. PINTURA**

### **Pintura acrílica em mureta**

A superfície das arquibancadas deverá ser limpa e lixada, quando apresentar imperfeições, as quais devem ser corrigidas antes da aplicação da pintura.

Após procedido o lixamento, o material pulverulento deverá ser removido por completo.

A pintura deverá ser realizada, em duas demãos com tinta acrílica própria para piso acetinada de primeira linha. Fica a critério da fiscalização, desqualificar o material utilizado caso não seja de qualidade ou apresente qualquer outro problema.

Fica a CONTRATADA, incumbida de consultar a contratante sobre as cores que serão utilizadas.

A superfície que receberá a pintura deverá estar livre de poeira, sujeira ou qualquer substância que impeça a perfeita aderência da tinta sobre a superfície.

### **Pintura esmalte**

Os portões metálicos de acesso ao ginásio deverão receber uma demão de fundo preparador anti-corrosivo.

A superfície que receberá o fundo anti-corrosivo deverá ser lixada estar livre de poeira, sujeira ou qualquer substância que impeça a perfeita aderência da tinta sobre a superfície.

Após aplicado o fundo preparador as superfícies deverão receber duas demãos de esmalte sintético brilhante. Esta pintura deverá ser executada com pistola de ar.

São de total responsabilidade da CONTRATADA quaisquer retoques necessários na pintura antes da entrega da obra.

A superfície que receberá a pintura deverá estar livre de poeira, sujeira ou qualquer substância que impeça a perfeita aderência da tinta sobre a superfície.

### **Demarcação das modalidades**

Sobre o piso deverão ser pintadas, as linhas demarcatórias das modalidades de Voleibol, Basquetebol, Handebol e Futsal. Estas serão com tinta especial para concreto, e serão executadas conforme detalhe indicado no projeto arquitetônico seguindo as recomendações da fiscalização, inclusive cores e dimensões. A demarcação das modalidades seguirá as normas específicas do esporte. Deve-se utilizar fita adesiva para demarcação do layout.

As superfícies a receberem pintura deverão estar cuidadosamente limpas, isentas de poeira, gorduras, umidade, ferrugem, incrustações, produtos químicos diversos, furos, e convenientemente preparadas para o tipo de pintura a que se destinem.

A eliminação da poeira deverá ser completa, tomando-se precauções especiais contra o levantamento de pó durante os trabalhos, até que as tintas sequem inteiramente.

As superfícies só poderão ser pintadas quando perfeitamente enxutas.

Cada demão de tinta só poderá ser aplicada quando a precedente estiver perfeitamente seca. Deverão ser respeitados os intervalos entre as demãos conforme a especificação dos fabricantes. Deverão ser aplicadas, no mínimo, duas demãos para garantir o cobrimento das faixas.

### **INSTALAÇÕES ELÉTRICAS**

Serão instaladas em cada banheiro duas luminárias tubulares com duas lâmpadas de LED cada, também serão substituídos os interruptores, bem como as tomadas. As tomadas para os chuveiros com tubulação aparente serão do tipo sobrepor e sua fiação deverá estar protegida por canaleta de PVC fixada na parede.

Será realizada a revisão nas instalações elétricas dos banheiros e do ginásio como um todo, sendo substituído o material que se apresentar com deficiência. As lâmpadas dos refletores ou mesmo os refletores de LED que estiverem apresentando mau funcionamento serão substituídas.

A fiscalização deverá aprovar todas as substituições/instalações realizadas, bem como realizar a aceitação do material utilizado.

### **ESQUADRIAS**

#### **Portões metálicos.**

Nos locais onde hoje existem os portões de acesso a quadra, serão instalados portões novos. Estes serão metálicos, em tubos de aço e tela de arame galvanizado, com dimensões de 2,10x0,80m, de correr.

A estrutura deverá ser metálica e reforçada, de modo a garantir o perfeito funcionamento dos portões. Toda a estrutura de correr e de fixação dos portões deve ser removida e substituída.

O mecanismo de abertura e fechamento deverá funcionar corretamente, não sendo aceitos caso haja defeitos ou irregularidades, que não estejam prumadas e alinhadas ou que a critério da fiscalização não atendam o que foi projetado.

### **SERVIÇOS FINAIS**



### Limpeza geral da obra

Será removido todo o entulho da obra, sendo cuidadosamente varrido e limpo. Os pisos cerâmicos serão perfeitamente lavados de acordo com as especificações e após abundantemente enxaguados. Serão retirados e limpos todos os excessos de argamassa. Ainda, serão lavados aparelhos sanitários, vidros, ferragens e metais, devendo ser removidos quaisquer vestígios, manchas e argamassa.

A limpeza dos vidros far-se-á com esponja de aço, removedor e água. Os aparelhos sanitários serão limpos com esponja de aço, sabão e água. Os metais deverão ser limpos com removedor.

### **Habilitação jurídica:**

Cópia da Carteira de Identidade ou outro documento equivalente dos sócios;

No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

A **Parte Específica** determinará ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, dependendo da atividade a ser licitada, nos termos da legislação vigente.

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado sede do licitante.

Certidão Específica da Junta Comercial do Estado sede do licitante.

**Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre:

Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;

Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual.

Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre:

Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativo à Atividade Econômica (ISS), expedida pelo Município do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;

Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida ativa do Município, expedida pela Procuradoria Geral do Município do domicílio ou sede do licitante ou pelo órgão responsável pela emissão da referida certidão.

Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto



licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual e/ou Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015.

#### **Qualificação Econômico-Financeira:**

Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial expedida pela sede da pessoa jurídica.

Certidão Negativa de Execução Patrimonial, cíveis e Fiscais dos sócios(s) da licitante.

Todos os documentos que não possuírem, datas de validade em seu corpo, não poderão ter data de expedição superior a 30 (Trinta) dias de expedição (Certidão Simplificada, Certidão Específica e Certidão de Falência e Recuperação Judicial).

No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi homologado judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, acompanhado do termo de abertura e encerramento do balanço, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

O balanço patrimonial enviado no lançamento da proposta, deverá comprovar:

Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1.

Para facilitar a análise boa situação Econômica e Financeira da Empresa em poder contratar com a Administração, solicitamos que a empresa apresente, memória de cálculo, devidamente assinado por um Profissional da Contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, aplicando fórmulas dos índices dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) extraídos do último balanço do Exercício Financeiro, da seguinte forma

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

A não apresentação da memória de cálculo não leva a empresa a sua inabilitação.

A **Parte Específica** discriminará a exigência ou não de Patrimônio Líquido ou Capital Social;

**Qualificação Técnica:**

- a) Registro ou inscrição da empresa e dos responsáveis Técnicos no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, da região da Sede da Empresa. As empresas sediadas em outras regiões de jurisdição do CREA, deverão apresentar visto do CREA-MA, nos termos do art. 65, da Lei 5.194, de 14/12/66.
- b) Atestado ou declaração de capacidade técnica-operacional, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante (pessoa jurídica) executou ou está executando serviços/obras em conformidade com o objeto da presente licitação, onde o mesmo deverá estar registrado/averbado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, nos termos da Lei 14.133/2021. E/OU
- c) Atestado de Capacidade Técnica-profissional, acompanhado da CAT (Certidão de Acervo Técnico), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, registrado no CREA, comprovando que seus responsáveis técnicos exerceram atividades compatíveis em característica com o objeto licitado, especialmente as consideradas de maior relevância dos serviços/obras a serem realizado;



d) Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a realização da licitação, engenheiro civil, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

e) Comprovação do vínculo empregatício dos profissionais exigidos na alínea "d", mediante a apresentação de cópia do Contrato de Trabalho com a empresa, constante da Carteira Profissional ou da Ficha de Registro de Empregados (FRE) que demonstre a identificação do profissional, com o visto do Ministério do Trabalho ou documentos afins.

e.1) Quando o responsável técnico for dirigente ou sócio da empresa licitante, esta comprovação será feita através da apresentação do Ato Constitutivo e da Certidão do CREA, devidamente atualizados.

As exigências de qualificação técnica dos licitantes serão aquelas discriminadas na **Parte Específica** deste Edital.

Documentos a serem exigidos na **Parte Específica** deste Edital, para atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso, de acordo com a natureza do objeto.

A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

*Daniel Alves Castelo Branco*  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111684316-1



# Orçamento Resumido

Proponente:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Endereço da Obra:  
ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Obra/Projeto:  
PROJETO DE REFORMA DE QUADRAS ESPORTIVAS NO MUNICÍPIO DE TUFILÂNDIA - MA.

Concedente:  
RECURSOS PRÓPRIOS

Encargos Sociais:  
Leis sociais = 82,97%(HORA) 4€ SINAPI DESONERADO (04/2024)

BDI:  
28,81%  
Referência de Preço:

ORSE (03/2024)

Nº	Descrição	Preço total Sem BDI (R\$)	PESO (%)
1	PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV.BORGEA.	R\$ 208.286,83	23,63%
2	PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV.CENTRO DOS LIMAS.	R\$ 198.248,97	22,49%
3	PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV. SERRA.	R\$ 217.866,43	24,72%
4	PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV. SANTA TEREZA.	R\$ 256.962,25	29,16%
VALOR TOTAL SEM BDI		R\$ 684.182,95	100%
BDI (28,82%)		R\$ 197.181,53	
VALOR TOTAL COM BDI		R\$ 881.364,48	

Tufilândia - MA, 02 de maio de 2024

Daniel Alves Castelo Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111684316-1

# Orçamento Sintético

**Proponente:**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.

**Endereço da Obra:**  
POVOADO BORGEA, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.

**Obra/Projeto:**  
PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV.BORGEA.

**Concedente:**  
RECURSOS PRÓPRIOS

**Encargos Sociais:**  
Leis sociais = 82,97%(HORA) 4€

**BDI:**  
28,81%

**Referência de Preço:**  
ORSE (03/2024)

**SINAPI DESONERADO (04/2024)**

Nº	Descrição	Preço total Sem BDI (R\$)	PESO (%)
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 19.444,05	12,03%
2.	PAREDES E PAINEIS	R\$ 1.245,16	0,77%
4.0	REVESTIMENTO	R\$ 8.426,88	5,21%
5.0	PISOS	R\$ 60.791,08	37,60%
6.0	ALAMBRADO	R\$ 38.242,71	23,65%
7.0	PINTURA	R\$ 16.714,39	10,34%
8.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	R\$ 10.836,60	6,70%
10.0	SERVIÇOS DIVERSOS E LIMPEZA DA OBRA	R\$ 5.987,40	3,70%
VALOR TOTAL SEM BDI		R\$ 161.688,27	100%
BDI (28,82%)		R\$ 46.598,56	
VALOR TOTAL COM BDI		R\$ 208.286,83	

Tufilândia - MA, 02 de maio de 2024

Daniel Alves Castelo Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111684316-1



Conograma Físico / Financeiro

Proponente:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Endereço da Obra:  
POVOADO BORGEA, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Obra/Projeto:  
PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV. BORGEA.

Concedente:  
RECURSOS PRÓPRIOS

Encargos Sociais:  
Leis sociais = 82,97%(HORA) 46,10%(MÊS)

R\$ 208.286,83

ITEM	DESCRIÇÃO	1 MÊS	2 MÊS	3 MÊS	4 MÊS	5 MÊS	6 MÊS	TOTAL COM BDI
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 25.047,83 100%						R\$ 25.047,83
2.0	PAREDES E PAINÉIS	R\$ 1.604,02 100%						R\$ 1.604,02
4.0	REVESTIMENTO		R\$ 5.437,75 50%	R\$ 5.437,75 50%				R\$ 10.855,51
5.0	PISOS				R\$ 19.577,77 25%	R\$ 39.155,53 50%	R\$ 19.577,77 25%	R\$ 78.311,07
6.0	ALAMBRADO		R\$ 24.632,13 50%	R\$ 24.632,13 50%				R\$ 49.264,26
7.0	PINTURA						R\$ 21.531,48 100%	R\$ 21.531,48
8.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS			R\$ 3.489,83 25%	R\$ 10.469,78 75%			R\$ 13.959,71
10.0	SERVIÇOS DIVERSOS E LIMPEZA DA OBRA						R\$ 7.712,97 100%	R\$ 7.712,97
CROQUIGRAMA DE DESEMBOLSO		PARCELA 1	PARCELA 2	PARCELA 3	PARCELA 4	PARCELA 5	PARCELA 6	PESO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.		R\$ 26.651,84	R\$ 30.059,88	R\$ 33.549,81	R\$ 30.047,55	R\$ 39.155,53	R\$ 48.822,21	100%
TOTAL		R\$ 26.651,84 13%	R\$ 30.059,88 14%	R\$ 33.549,81 16%	R\$ 30.047,55 14%	R\$ 39.155,53 19%	R\$ 48.822,21 23%	100%

Tufilândia - MA, 02 de maio de 2024

Daniel Alves Castelo Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111684316-1

# Orçamento Analítico

Proponente:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Concedente:  
RECURSOS PRÓPRIOS

BDI:  
28,81%

Endereço da Obra:  
POVOADO BORGEA, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Encargos Sociais:  
Leis sociais = 82,97%(HORA) 46,10%(MÊS)

Referência de Preço:  
SINAPI DE ONEF ADO 04/2024

Obra/Projeto:  
PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV.BORGEA.

Valor Total do Projeto: R\$ 208.286,83

ORSE (03/2024)

Nº	Descrição	Unid.	Quant.	Código	Referência	Preço unitário (R\$)	Preço total (R\$)	PESO (%)
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES						R\$ 19.444,05	12,03%
1.1	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA (2,00 X 1,50 M) - 2 UNIDADES	m²	6,00	S00051	ORSE	R\$ 374,96	R\$ 2.249,76	1,39%
1.2	BARRAÇÃO DE OBRA	m²	12,00	5088	ORSE	R\$ 240,42	R\$ 2.885,04	1,78%
1.7	DEMOLIÇÃO DE ALAMBRADO	m²	118,39	104802	SINAPI	R\$ 8,92	R\$ 1.056,02	0,65%
1.8	REMOÇÃO DE CABOS ELÉTRICOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	m	100,00	97661	SINAPI	R\$ 0,69	R\$ 69,00	0,04%
1.10	DEMOLIÇÃO DE PISO CIMENTADO E/OU CONCRETO SIMPLES	m²	369,95	16	ORSE	R\$ 25,55	R\$ 9.452,09	5,85%
1.9	DEMOLIÇÃO DE REBOCO	m²	88,00	17	ORSE	R\$ 8,70	R\$ 765,60	0,47%

Daniel Alves Custódio Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111684316-1



# Orçamento Analítico

Proponente:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Concedente:  
RECURSOS PRÓPRIOS

Endereço da Obra:  
POVOADO BORGEA, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Encargos Sociais:  
Leis sociais = 82,97%(HORA) 46,10%(MÊS)

Referência de Preço:  
SINAPI DE ONEI ADO 04/21(24)

BDI:  
28,81%

ORSE (03/2024)

Obra/Projeto:  
PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV.BORGEA.

VALOR TOTAL DO PROJETO: R\$ 208.286,83

Nº	Descrição	Unid.	Quant.	Código	Referência	Preço unitário (R\$)	Preço total (R\$)	PESO (%)
1.11	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO BASCULANTE 6 M3	m³	109,18	72897	SINAPI	R\$ 20,01	R\$ 2.184,78	1,35%
1.12	TRANSPORTE DE MATERIAL DEMOLIDO EM CAÇAMBA	m³	109,18	72900	SINAPI	R\$ 7,16	R\$ 781,76	0,48%
2.	PAREDES E PAINELIS					R\$	1.245,16	0,77%
2.1	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021	m²	14,00	103329	SINAPI	R\$ 88,94	R\$ 1.245,16	0,77%
4.0	REVESTIMENTO					R\$	8.426,88	5,21%

Daniel Alves Castelo Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 11169/4316-1

# Orçamento Analítico

Proponente:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Concedente:  
RECURSOS PRÓPRIOS

Endereço da Obra:  
POVOADO BORGEA, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Leis sociais = 82,97%(HORA) 46,10%(MÊS)

Encargos Sociais:

Referência de Preço:  
SINAPI DE ONEI ADO 04/21(24)

BDI:  
28,81%

ORSE (03/2024)

Obra/Projeto:  
PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV.BORGEA.

VALOR TOTAL DO PROJETO: R\$ 208.286,83

Nº	Descrição	Unid.	Quant.	Código	Referência	Preço unitário (R\$)	Preço total (R\$)	PESO (%)
4.2	CHAPISCO COM ARGAMASSA 1:3 CIM AREIA, A COLHER	m²	176,00	87905	SINAPI	R\$ 7,55	R\$ 1.328,80	0,82%
	REBOCO TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA MEDIA),							
4.3	ESPESSURA 2,5CM, PREPARO MANUAL DA ARGAMASSA, COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE	m²	176,00	84026	SINAPI	R\$ 40,33	R\$ 7.098,08	4,39%
5.0	PISOS							
5.1	RECONSTRUÇÃO DE CALÇADA EXISTENTE, E=6CM	m²	107,45	94992	SINAPI	R\$ 73,55	R\$ 7.902,58	4,89%
5.2	PISO INDUSTRIAL EM CONCRETO ARMADO DE ACABAMENTO POLIDO, ESPESSURA 12 CM (CIMENTO	m²	262,50	40647	SINAPI	R\$ 201,48	R\$ 52.888,50	32,71%
6.0	ALAMBRADO							
	Alambrado com tela de arame galvanizado fio 12 bwg, malha 2 1/2", revestido em pvc, fixada com tubos de aço galvanizado 2 1/2", formando quadros de 2.00 x 2.00 m, exceto mureta	m²	118,39	S12037	ORSE	R\$ 323,03	R\$ 38.242,71	23,65%
7.0	PINTURA							
							R\$ 16.714,39	10,34%

Daniel Alves Castelo Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111684316-1



# Orçamento Analítico

Proponente:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Concedente:  
RECURSOS PRÓPRIOS

BDI:  
28,81%

Endereço da Obra:  
POVOADO BORGEA, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Encargos Sociais:  
Leis sociais = 82,97%(HORA) 46,10%(MÊS)

Referência de Preço:  
SINAPI DE: ONEI ADO 04/21/24

Obra/Projeto:  
PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV.BORGEA.

Valor Total do Projeto: R\$ 208.286,83

ORSE (03/2024)

Nº	Descrição	Unid.	Quant.	Código	Referência	Preço unitário (R\$)	Preço total (R\$)	PESO (%)
7.1	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA ACRÍLICA EM PAREDES, UMA DEMÃO	m²	176,00	88495	SINAPI	R\$ 10,72	R\$ 1.886,72	1,17%
7.2	PINTURA ACRÍLICA EM PAREDES, 2 DEMÃOS	m²	176,00	88489	SINAPI	R\$ 14,71	R\$ 2.588,96	1,60%
7.3	PINTURA EM PISO CIMENTADO, 2 DEMÃOS	m²	493,26	74245/001	SINAPI	R\$ 13,44	R\$ 6.629,41	4,10%
7.5	PINTURA ESMALTE EM ESTRUTURA METÁICA - ALAMBRADO	m²	118,39	88488	SINAPI	R\$ 16,93	R\$ 2.004,30	1,24%
7.6	PINTURA DE DEMARCAÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COM TINTA EPÓXI, E = 5 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF_05/2021	m²	350,00	102506	SINAPI	R\$ 10,30	R\$ 3.605,00	2,23%

8.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS					R\$	10.836,60	6,70%
8.1	Refletor modular LED 150w DC com DPS 3x50w 90° 5000k 165lm/W Alumínio Autovolt Branca Ref.: RFMLED-DCDPS-90-150-50-3C-ME, da G-light ou similar	un.	4,00	S13040	ORSE	R\$ 2.127,19	R\$ 8.508,76	5,26%
8.5	CABO DE COBRE ISOLAMENTO ANTI-CHAMA, SEÇÃO 4,0MM², 450/750 V - FLEXÍVEL	m	300,00	91928	SINAPI	R\$ 6,28	R\$ 1.884,00	1,17%
8.7	Disjuntor termomagnético bipolar 50 A, padrão DIN (Europeu - linha branca)	un.	1,00	S10316	ORSE	R\$ 55,36	R\$ 55,36	0,03%

Daniel Alves Castelo Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111684375-1

# Orçamento Analítico

Proponente:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Endereço da Obra:  
POVOADO BORGEA, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Concedente:  
RECURSOS PRÓPRIOS

Encargos Sociais:  
Leis sociais = 82,97%(HORA) 46,10%(MÊS)

BDI:  
28,81%

Referência de Preço:  
SINAPI DE ONEI ADO 04/2124)

ORSE (03/2024)

VALOR TOTAL DO PROJETO: R\$ 208.286,83

Obra/Projeto:  
PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV.BORGEA.

Nº	Descrição	Unid.	Quant.	Código	Referência	Preço unitário (R\$)	Preço total (R\$)	PESO (%)
DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOPOLAR PADRAO								
8.8	NEMA (AMERICANO) 10 A 30A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	und	4,00	74130/001	SINAPI	R\$ 11,65	R\$ 46,60	0,03%
8.9	Aterramento composto de 3 hastes de cobre Ø 5/8" x 2,40m, interligada com cabo de cobre 35mm2	und	1	S11568	ORSE	R\$ 341,88	R\$ 341,88	0,21%
10.0	SERVIÇOS DIVERSOS E LIMPEZA DA OBRA					R\$	R\$ 5.987,40	3,70%
10.1	LIMPEZA GERAL DA OBRA	m²	610,90	2450	ORSE	R\$ 2,37	R\$ 1.447,83	0,90%
10.2	Traves oficial para futebol de salão 3x2m em aço galv.3", com requadro e redes de polietileno fio 4mm (conjunto p/futsal)	par	1,00	S10069	ORSE	R\$ 4.539,57	R\$ 4.539,57	2,81%

VALOR TOTAL DA OBRA SEM BDI	R\$	161.688,27
BDI 28,82%	R\$	46.598,56
VALOR TOTAL DA OBRA COM BDI	R\$	208.286,83

Daniel Alves Castelo Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111624216-1



# Memória de Cálculo

## I. Informações Gerais

**Obra/Projeto:**  
PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV. BORGEA.

**Local / Implantação:**  
POVOADO BORGEA, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.

**Proponente:**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.

**Data:**  
02 de maio 2024

**Concedente:**  
RECURSOS PRÓPRIOS

**Encargos Sociais:**  
INSS (11,2%) + RCT (7,5%+10,5%)  
46,10%/M3

**BDI:**  
28,81%

**REFERÊNCIA:**  
SINAPI DESONERADO (04/2024)  
ORSE (03/2024)

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANTIDADES												TOTAL
			LARG	COMP / PERÍM	ALT	PROF	ESP	A	VOL	TX	PE	PESP	QUANT	ST	
1.0 SERVIÇOS PRELIMINARES															
1.1	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA (2,00 X 1,50 M) - 2 UNIDADES	m²	2,00	1,50									2,00		6,00
1.2	BARRACÃO DE OBRA	m²	3,00	4,00									1,00		12,00
1.7	DEMOLIÇÃO DE ALAMBRADO	m³													118,39
	MURETA DA QUADRA							157,85		75%					
1.8	REMOÇÃO DE CABOS ELÉTRICOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	m													100,00
1.9	DEMOLIÇÃO DE REBOCO	m²													88,00
	REBOCO EXTERNO			88,00	1,00			88,00							
1.10	DEMOLIÇÃO DE PISO CIMENTADO E/OU CONCRETO SIMPLES	m²													369,95
	PISO INTERNO DA QUADRA							350,00		75%					262,50
	CALÇADA EXTERTERNA							143,26		75%					107,45
															0,00
															0,00
1.11	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3	m³													109,18
	PISO INTERNO DA QUADRA							70,00							
	CALÇADA EXTERTERNA							28,65							
	REBOCO EXTERNO							2,64							
	ALAMBRADO							7,89							
1.12	TRANSPORTE DE MATERIAL DEMOUIDO EM CAÇAMBA	m³													109,18
2. PAREDES E PAINEIS															
2.1	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL AF 12/2021	m²													14,00
	ALVENARIA MURETA			7,00	1,00								2,00		14,00
															0,00
4.0 REVESTIMENTO															
4.2	CHAPISCO COM ARGAMASSA 1:3 CIM AREIA, A COLHER	m²													176,00
	MURETA DA QUADRA							88,00					2,00		176,00
															0,00
															0,00
4.3	REBOCO TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA MÉDIA), ESPESSURA 2,5CM, PREPARO MANUAL DA ARGAMASSA, COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE	m²													176,00
5.0 PISOS															
5.1	RECONSTRUÇÃO DE CALÇADA EXISTENTE, E=6CM	m²													107,45
	IGUAL A ÁREA DE DEMOLIÇÃO DE CALÇADA							107,45							
5.2	PISO INDUSTRIAL EM CONCRETO ARMADO DE ACABAMENTO POLIDO, ESPESSURA 12 CM (CIMENTO QUEIMADO) (INCLUSO EXECUÇÃO)	m²													262,50
	IGUAL A ÁREA DE DEMOLIÇÃO DO PISO INTERNO							262,50							
6.0 ALAMBRADO															
6.1	Alambrado com tela de arame galvanizado fio 12 bwg, malha 2 1/2", revestido em pvc, fixada com tubos de aço galvanizado 2 1/2", formando quadros de 2,00 x 2,00 m, exceto mureta	m²													118,39
	MURETA DA QUADRA							118,39							0,00
7.0 PINTURA															
7.1	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA ACRÍLICA EM PAREDES, UMA DEMÃO	m²													176,00
	IGUAL A ÁREA DE REBOCO							176,00							
7.2	PINTURA ACRÍLICA EM PAREDES, 2 DEMÃOS	m²													176,00
	IGUAL A ÁREA DE REBOCO							176,00							
7.3	PINTURA EM PISO CIMENTADO, 2 DEMÃOS	m²													493,26
	IGUAL A ÁREA DE DEMOLIÇÃO DO PISO INTERNO							350,00							
	CALÇADA EXTERNA							143,26							
7.5	PINTURA ESMALTE EM ESTRUTURA METÁLICA - ALAMBRADO	m²													118,39
7.6	PINTURA DE DEMARCAÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COM TINTA EPÓXI, E = 5 CM, APLICAÇÃO MANUAL AF 05/2021	m²													350,00
								350,00							
8.0 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS															
8.1	Refletor modular LED 150w DC com DPS 3x50w 90° 5000k 165lm/W Alumínio Autovolt Branca Ref.: RF-ML-LED-DCDPS-90-150-50-3C-ME, da G-light ou similar	un.													4,00
	ILUMINAÇÃO QUADRA												4,00		
8.5	CABO DE COBRE ISOLAMENTO ANTI-CHAMA, SEÇÃO 4,0MM², 450/750 V - FLEXÍVEL	m													300,00
8.7	Disjuntor termomagnético bipolar 50 A, padrão DIN (Europeu - linha branca)	un.													1,00
8.8	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 10 A 30A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	und													4,00
8.9	Aterramento composto de 3 hastes de cobre Ø 5/8" x 2,40m, interligada com cabo de cobre 35mm²	und													1,00
10.0 SERVIÇOS DIVERSOS E LIMPEZA DA OBRA															
10.1	LIMPEZA GERAL DA OBRA	m²													610,90
10.2	Traves oficial para futebol de salão 3x2m em aço galv.3", com requadro e redes de polietileno fio 4mm (conjunto p/futsal)	par													1,00

## Composição do BDI

Proponente:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Endereço da Obra:

POVOADO BORGEA, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Obra/Projeto:

PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV.BORGEA.

Concedente:

RECURSOS PRÓPRIOS

Encargos Sociais:

Leis sociais = 82,97%(HORA) 46,1

COD	DESCRIÇÃO	%
<b>Despesas Indiretas</b>		
AC	Administração central	3,00
DF	Despesas financeiras	0,59
R	Riscos	0,97
<b>TOTAL</b>		<b>4,56</b>
<b>Benefício</b>		
S + G	Garantia/seguros	0,80
L	Lucro	6,16
<b>TOTAL</b>		<b>6,96</b>
<b>Impostos</b>		
	PIS	0,65
	COFINS	3,00
	ISS	5,00
	CPRB	4,50

**BDI = 28,81%**

$$\frac{(1 + AC + S + R + G) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Daniel Alves Castelo Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111684316-1



## ENCARGOS SOCIAIS

**BDI**

Proponente:  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.  
 Endereço da Obra:  
 POVOADO BORGEA, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.  
 Obra/Projeto:  
 PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV.BORGEA.

Concedente:  
 RECURSOS PRÓPRIOS  
 Encargos Sociais:  
 Leis sociais = 82,97%

COD	DESCRIÇÃO	HORISTA %	MENSALISTA %
<b>A</b>	<b>GRUPO A</b>		
A1	INSS	0,00	0,00
A2	SESI	1,50	1,50
A3	SENAI	1,00	1,00
A4	INCRA	0,20	0,20
A5	SEBRAE	0,60	0,60
A6	Salário Educação	2,50	2,50
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00	3,00
A8	FGTS	8,00	8,00
A9	SECONCI	0,00	0,00
	<b>TOTAL</b>	<b>16,80</b>	<b>16,80</b>
<b>B</b>	<b>GRUPO B</b>		
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,89	0,00
B2	Feriados	3,95	0,00
B3	Auxílio - Enfermidade	0,85	0,64
B4	13º Salário	11,03	8,33
B5	Licença Paternidade	0,06	0,04
B6	Faltas Justificadas	0,74	0,56
B7	Dias de Chuvas	1,59	0,00
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10	0,08
B9	Férias Gozadas	12,18	9,20
B10	Salário Maternidade	0,04	0,03
	<b>TOTAL</b>	<b>48,43</b>	<b>18,88</b>
<b>C</b>	<b>GRUPO C</b>		
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,58	3,46
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,11	0,08
C3	Férias Indenizadas	1,73	1,31
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,41	1,82
C5	Indenização Adicional	0,39	0,29
	<b>TOTAL</b>	<b>9,22</b>	<b>6,96</b>
<b>D</b>	<b>GRUPO D</b>		
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	8,14	3,17
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,38	0,29
	<b>TOTAL</b>	<b>8,52</b>	<b>3,46</b>

A + B + C + D = 82,97 46,10

Daniel Alves Castelo Branco  
 Engenheiro Civil  
 CREA - MA 111684316-1





1000

613.93 m<sup>2</sup>

**Daniel Alves Castelo Branco**  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111684316-1

1993

02/02

# Orçamento Sintético

Proponente:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Endereço da Obra:  
POVOADO CENTRO DOS LIMAS, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Obra/Projeto:  
PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV. CENTRO DOS LIMAS.

Concedente:  
RECURSOS PRÓPRIOS

Encargos Sociais:  
Leis sociais = 82,97%(HORA) 4€ SINAPI DESONERADO (04/2024)

BDI:  
28,81%

Referência de Preço:  
ORSE (03/2024)

Nº	Descrição	Preço total Sem BDI (R\$)	PESO (%)
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 18.743,52	12,18%
2.	PAREDES E PAINEIS	R\$ 889,40	0,58%
4.0	REVESTIMENTO	R\$ 8.426,88	5,48%
5.0	PISOS	R\$ 56.738,34	36,87%
6.0	ALAMBRADO	R\$ 35.693,20	23,19%
7.0	PINTURA	R\$ 16.580,77	10,77%
8.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	R\$ 10.836,60	7,04%
10.0	SERVIÇOS DIVERSOS E LIMPEZA DA OBRA	R\$ 5.987,40	3,89%
VALOR TOTAL SEM BDI		R\$ 153.896,11	100%
BDI (28,82%)		R\$ 44.352,86	
VALOR TOTAL COM BDI		R\$ 198.248,97	

Tufilândia - MA, 02 de maio de 2024

Daniel Alves Castelo Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111684316-1



Conograma Físico / Financeiro

Proponente:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.  
Endereço da Obra:  
POVOADO CENTRO DOS LIMAS, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.  
Obra/Projeto:  
PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV.CENTRO DOS LIMAS.

Concedente:  
RECURSOS PRÓPRIOS  
Encargos Sociais:  
Leis sociais = 82,97%(HORA) 46,10%(MÊS)

R\$ 198.248,97

ITEM	DESCRIÇÃO	1 MÊS	2 MÊS	3 MÊS	4 MÊS	5 MÊS	6 MÊS	TOTAL COM BDI
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 24.145,40 100%						R\$ 24.145,40
2.0	PAREDES E PAINÉIS	R\$ 1.145,73 100%						R\$ 1.145,73
4.0	REVESTIMENTO		R\$ 5.427,75 50%	R\$ 5.427,75 50%				R\$ 10.855,51
5.0	PISOS				R\$ 18.272,58 25%	R\$ 36.545,16 50%	R\$ 18.272,58 25%	R\$ 73.090,33
6.0	ALAMBRADO		R\$ 22.969,99 50%	R\$ 22.969,99 50%				R\$ 45.979,98
7.0	PINTURA						R\$ 21.359,35 100%	R\$ 21.359,35
8.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS			R\$ 3.489,93 25%	R\$ 10.469,78 75%			R\$ 13.959,71
10.0	SERVIÇOS DIVERSOS E LIMPEZA DA OBRA						R\$ 7.712,97 100%	R\$ 7.712,97
CONOGRAMA DE DESEMBOLSO		PARCELA 1	PARCELA 2	PARCELA 3	PARCELA 4	PARCELA 5	PARCELA 6	PESO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.		R\$ 25.291,13 13%	R\$ 28.417,74 14%	R\$ 31.907,67 16%	R\$ 28.742,36 14%	R\$ 36.545,16 18%	R\$ 47.344,90 24%	100%
TOTAL		R\$ 25.291,13 13%	R\$ 28.417,74 14%	R\$ 31.907,67 16%	R\$ 28.742,36 14%	R\$ 36.545,16 18%	R\$ 47.344,90 24%	100%

Tuflândia - MA, 02 de maio de 2024

Daniel Alves Castelo Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111684316-1

# Orçamento Analítico

Proponente:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Concedente:

RECURSOS PRÓPRIOS

BDI:

28,81%

Endereço da Obra:

POVOADO CENTRO DOS LIMAS, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Encargos Sociais:

Leis sociais = 82,97%(HORA) 46,10%(MÊS)

Referência de Preço:

SINAPI DE ONETADO 04/2024

ORSE (03/2024)

Obra/Projeto:

PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV.CENTRO DOS LIMAS,

VALOR TOTAL DO PROJETO: R\$ 198.248,97

Nº	Descrição	Unid.	Quant.	Código	Referência	Preço unitário (R\$)	Preço total (R\$)	PESO (%)
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES					R\$	18.743,52	12,18%
1.1	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA (2,00 X 1,50 M) - 2 UNIDADES	m²	6,00	S00051	ORSE	R\$ 374,96	R\$ 2.249,76	1,46%
1.2	BARRAÇÃO DE OBRA	m²	12,00	5088	ORSE	R\$ 240,42	R\$ 2.885,04	1,87%
1.7	DEMOLIÇÃO DE ALAMBRADO	m²	110,50	104802	SINAPI	R\$ 8,92	R\$ 985,62	0,64%
1.8	REMOÇÃO DE CABOS ELÉTRICOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	m	100,00	97661	SINAPI	R\$ 0,69	R\$ 69,00	0,04%
1.10	DEMOLIÇÃO DE PISO CIMENTADO E/OU CONCRETO SIMPLES	m²	345,28	16	ORSE	R\$ 25,55	R\$ 8.821,96	5,73%
1.9	DEMOLIÇÃO DE REBOCO	m²	88,00	17	ORSE	R\$ 8,70	R\$ 765,60	0,50%

Daniel Alves Castelo Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111684316-1



# Orçamento Analítico

Proponente: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.		Concedente: RECURSOS PRÓPRIOS		BDI: 28,81%				
Endereço da Obra: POVOADO CENTRO DOS LIMAS, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.		Encargos Sociais: Leis sociais = 82,97%(HORA) 46,10%(MÊS)		Referência de Preço: SINAPI DE ONI ADO 04/2024				
Obra/Projeto: PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV.CENTRO DOS LIMAS.		ORSE (03/2024)		VALOR TOTAL DO PROJETO: R\$ 198.248,97				
Nº	Descrição	Unid.	Quant.	Código	Referência	Preço unitário (R\$)	Preço total (R\$)	PESO (%)
1.11	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3	m³	109,18	72897	SINAPI	R\$ 20,01	R\$ 2.184,78	1,42%
1.12	TRANSPORTE DE MATERIAL DEMOLIDO EM CAÇAMBA	m³	109,18	72900	SINAPI	R\$ 7,16	R\$ 781,76	0,51%
2.	PAREDES E PAINÉIS					R\$	889,40	0,58%
2.1	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021	m²	10,00	103329	SINAPI	R\$ 88,94	R\$ 889,40	0,58%
4.0	REVESTIMENTO					R\$	8.426,88	5,48%

Daniel Alves Castelo Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111604316-1

# Orçamento Analítico

Proponente:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Concedente:

RECURSOS PRÓPRIOS

BDI:

28,81%

Endereço da Obra:

POVOADO CENTRO DOS LIMAS, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Encargos Sociais:

Leis sociais = 82,97%(HORA) 46,10%(MÊS)

Referência de Preço:

SINAPI DE: ONEI ADO 04/2024

ORSE (03/2024)

Obra/Projeto:

PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV.CENTRO DOS LIMAS,

VALOR TOTAL DO PROJETO: R\$ 198.248,97

Nº	Descrição	Unid.	Quant.	Código	Referência	Preço unitário (R\$)	Preço total (R\$)	PESO (%)
4.2	CHAPISCO COM ARGAMASSA 1:3 CIM AREIA, A COLHER	m²	176,00	87905	SINAPI	R\$ 7,55	R\$ 1.328,80	0,86%
4.3	REBOCO TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA MEDIA), ESPESURA 2,5CM, PREPARO MANUAL DA ARGAMASSA, COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE	m²	176,00	84026	SINAPI	R\$ 40,33	R\$ 7.098,08	4,61%
5.0	PISOS						R\$ 56.738,34	36,87%
5.1	RECONSTRUÇÃO DE CALÇADA EXISTENTE, E=6CM	m²	100,28	94992	SINAPI	R\$ 73,55	R\$ 7.375,74	4,79%
5.2	PISO INDUSTRIAL EM CONCRETO ARMADO DE ACABAMENTO POLIDO, ESPESSURA 12 CM (CIMENTO	m²	245,00	40647	SINAPI	R\$ 201,48	R\$ 49.362,60	32,08%
6.0	ALAMBRADO						R\$ 35.693,20	23,19%
6.1	Alambrado com tela de arame galvanizado fio 12 bwg, malha 2 1/2", revestido em pvc, fixada com tubos de aço galvanizado 2 1/2", formando quadros de 2.00 x 2.00 m, exceto mureta	m²	110,50	S12037	ORSE	R\$ 323,03	R\$ 35.693,20	23,19%
7.0	PINTURA						R\$ 16.580,77	10,77%

Daniel Alves Castelo Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111684216-1



# Orçamento Analítico

Proponente:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Endereço da Obra:  
POVOADO CENTRO DOS LIMAS, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Obra/Projeto:  
PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV.CENTRO DOS LIMAS.

Concedente:  
RECURSOS PRÓPRIOS

Encargos Sociais:  
Leis sociais = 82,97%(HORA) 46,10%(MÊS)

VALOR TOTAL DO PROJETO: R\$ 198.248,97

BDI:  
28,81%

Referência de Preço:  
SINAPI DE ONEI ADO 04/21(24)

ORSE (03/2024)

Nº	Descrição	Unid.	Quant.	Código	Referência	Preço unitário (R\$)	Preço total (R\$)	PESO (%)
7.1	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA ACRÍLICA EM PAREDES, UMA DEMÃO	m²	176,00	88495	SINAPI	R\$ 10,72	R\$ 1.886,72	1,23%
7.2	PINTURA ACRÍLICA EM PAREDES, 2 DEMÃOS	m²	176,00	88489	SINAPI	R\$ 14,71	R\$ 2.588,96	1,68%
7.3	PINTURA EM PISO CIMENTADO, 2 DEMÃOS	m²	493,26	74245/001	SINAPI	R\$ 13,44	R\$ 6.629,41	4,31%
7.5	PINTURA ESMALTE EM ESTRUTURA METÁLICA - ALAMBRADO	m²	110,50	88488	SINAPI	R\$ 16,93	R\$ 1.870,68	1,22%
7.6	PINTURA DE DEMARCAÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COM TINTA EPOXI, E = 5 CM, APLICAÇÃO MANUAL.	m²	350,00	102506	SINAPI	R\$ 10,30	R\$ 3.605,00	2,34%

AF\_05/2021

8.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS					R\$	10.836,60	7,04%
8.1	Refletor modular LED 150w DC com DPS 3x50w 90° 5000k 165lm/W Alumínio Autovolt Branca Ref.: RFMLED-DCDPS-90-150-50-3C-ME, da G-light ou similar	un.	4,00	S13040	ORSE	R\$ 2.127,19	R\$ 8.508,76	5,53%
8.5	CABO DE COBRE ISOLAMENTO ANTI-CHAMA, SEÇÃO 4,0MM2, 450/750 V - FLEXÍVEL	m	300,00	91928	SINAPI	R\$ 6,28	R\$ 1.884,00	1,22%
8.7	Disjuntor termomagnético bipolar 50 A, padrão DIN (Europeu - linha branca)	un.	1,00	S10316	ORSE	R\$ 55,36	R\$ 55,36	0,04%

Daniel Alves Castelo Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111604216-1

# Orçamento Analítico

Proponente:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Concedente:  
RECURSOS PRÓPRIOS

BDI:  
28,81%

Endereço da Obra:  
POVOADO CENTRO DOS LIMAS, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Encargos Sociais:  
Leis sociais = 82,97%(HORA) 46,10%(MÊS)

Referência de Preço:  
SINAPI DE ONEI ADO 04/2124

Obra/Projeto:  
PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV.CENTRO DOS LIMAS.

Valor Total do Projeto: R\$ 198.248,97

ORSE (03/2024)

Nº	Descrição	Unid.	Quant.	Código	Referência	Preço unitário (R\$)	Preço total (R\$)	PESO (%)
DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOPOLAR PADRAO								
8.8	NEMA (AMERICANO) 10 A 30A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	und	4,00	74130/001	SINAPI	R\$ 11,65	R\$ 46,60	0,03%
8.9	Aterramento composto de 3 hastes de cobre Ø 5/8" x 2,40m, interligada com cabo de cobre 35mm2	und	1	511568	ORSE	R\$ 341,88	R\$ 341,88	0,22%
10.0	SERVIÇOS DIVERSOS E LIMPEZA DA OBRA						R\$ 5.987,40	3,89%
10.1	LIMPEZA GERAL DA OBRA	m²	610,90	2450	ORSE	R\$ 2,37	R\$ 1.447,83	0,94%
10.2	Traves oficial para futebol de salão 3x2m em aço galv.3", com requadro e redes de polietileno fio 4mm (conjunto p/futsal)	par	1,00	S10069	ORSE	R\$ 4.539,57	R\$ 4.539,57	2,95%

VALOR TOTAL DA OBRA SEM BDI	R\$	153.896,11
BDI 28,82%	R\$	44.352,86
VALOR TOTAL DA OBRA COM BDI	R\$	198.248,97

Daniel Alves Castelo Branco  
Engenharia Civil  
CREA - MA 1116043-1



# Memória de Cálculo

<b>I. Informações Gerais</b>		<b>Obra/Projeto:</b> PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV CENTRO DOS LIMAS	<b>Proponente:</b> PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA	<b>Concedente:</b> RECURSOS PRÓPRIOS	<b>BDI:</b> 26,81%
<b>Local / Implantação:</b> POVOADO CENTRO DOS LIMAS, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA		<b>Data:</b> 02 de maio 2024	<b>Encargos Sociais:</b> SINAPI DESONERADO (04/2024) ORSE (03/2024)		<b>REFERÊNCIA:</b> SINAPI DESONERADO (04/2024) ORSE (03/2024)

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANTIDADES													TOTAL
			LARG	COMP	PERIM	ALT	PROF	ESP	A	VOL	TX	PE	PESP	QUANT	ST	
1.0 SERVIÇOS PRELIMINARES																
1.1	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA (2,00 X 1,50 M) - 2 UNIDADES	m²	2,00	1,50									2,00			6,00
1.2	BARRAÇÃO DE OBRA	m²	3,00	4,00									1,00			12,00
1.7	DEMOLIÇÃO DE ALAMBRADO	m²														110,50
	MURETA DA QUADRA							157,85		70%						
1.8	REMOÇÃO DE CABOS ELÉTRICOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	m														100,00
1.9	DEMOLIÇÃO DE REBOCO	m²														88,00
	REBOCO EXTERNO			88,00	1,00			88,00								
1.10	DEMOLIÇÃO DE PISO CIMENTADO E/OU CONCRETO SIMPLES	m²														345,28
	PISO INTERNO DA QUADRA							350,00		70%						245,00
	CALÇADA EXTERTERNA							143,26		70%						100,00
																0,00
																0,00
1.11	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3	m³														109,18
	PISO INTERNO DA QUADRA									70,00						
	CALÇADA EXTERTERNA									28,65						
	REBOCO EXTERNO									2,64						
	ALAMBRADO									7,89						
1.12	TRANSPORTE DE MATERIAL DEMOUIDO EM CAÇAMBA	m³														109,18
2. PAREDES E PAINÉIS																
2.1	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAI AF 12/2021	m²														10,00
	ALVENARIA MURETA			5,00	1,00								2,00			10,00
																0,00
4.0 REVESTIMENTO																
4.2	CHAPISCO COM ARGAMASSA 1:3 CIM AREIA, A COLHER	m²														176,00
	MURETA DA QUADRA							88,00					2,00			176,00
																0,00
																0,00
4.3	REBOCO TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA MEDIA), ESPESSURA 2,5CM, PREPARO MANUAI DA ARGAMASSA, COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE	m²														176,00
5.0 PISOS																
5.1	RECONSTRUÇÃO DE CALÇADA EXISTENTE, E=6CM	m²														100,28
	IGUAL A ÁREA DE DEMOLIÇÃO DE CALÇADA							100,28								
5.2	PISO INDUSTRIAL EM CONCRETO ARMADO DE ACABAMENTO POUIDO, ESPESSURA 12 CM (CIMENTO QUEIMADO) (INCLUSO EXECUÇÃO)	m²														245,00
	IGUAL A ÁREA DE DEMOLIÇÃO DO PISO INTERNO							245,00								
6.0 ALAMBRADO																
6.1	Alambrado com tela de arame galvanizado fio 12 bwg, malha 2 1/2", revestido em pvc, fixada com tubos de aço galvanizado 2 1/2", formando quadros de 2,00 x 2,00 m, exceto mureta	m²														110,50
	MURETA DA QUADRA							110,50								0,00
7.0 PINTURA																
7.1	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA ACRÍLICA EM PAREDES, UMA DEMÃO	m²														176,00
	IGUAL A ÁREA DE REBOCO							176,00								
7.2	PINTURA ACRÍLICA EM PAREDES, 2 DEMÃOS	m²														176,00
	IGUAL A ÁREA DE REBOCO							176,00								
7.3	PINTURA EM PISO CIMENTADO, 2 DEMÃOS	m²														493,26
	IGUAL A ÁREA DE DEMOLIÇÃO DO PISO INTERNO							350,00								
	CALÇADA EXTERNA							143,26								
7.5	PINTURA ESMALTE EM ESTRUTURA METÁICA - ALAMBRADO	m²							110,50							110,50
7.6	PINTURA DE DEMARCAÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COM TINTA EPOXI, E = 5 CM, APLICAÇÃO MANUAL AF 05/2021	m²							350,00							350,00
8.0 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS																
8.1	Refletor modular LED 150w DC com DPS 3x50w 90° 5000k 165lm/W Alumínio Autovolt Branca Ref.: RFVLED-DCDPS-90-150-50-3C-ME, da G-light ou similar	un.														4,00
	ILUMINAÇÃO QUADRA												4,00			
8.5	CABO DE COBRE ISOLAMENTO ANTI-CHAMA, SEÇÃO 4,0MM², 450/750 V - FLEXÍVEL	m														300,00
8.7	Disjuntor termomagnético bipolar 50 A, padrão DIN (Europeu - linha branca)	un.														1,00
8.8	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 10 A 30A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	und														4,00
8.9	Aterramento composto de 3 hastes de cobre Ø 5/8" x 2,40m, interligada com cabo de cobre 35mm²	und														1,00
10.0 SERVIÇOS DIVERSOS E LIMPEZA DA OBRA																
10.1	LIMPEZA GERAL DA OBRA	m²														610,90
10.2	Traves oficial para futebol de salão 3x2m em aço galv.3", com requadro e redes de polietileno fio 4mm (conjunto p/futsal)	par														1,00

Composição do BDI

Proponente:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.  
Endereço da Obra:  
POVOADO CENTRO DOS LIMAS, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.  
Obra/Projeto:  
PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV.CENTRO DOS LIMAS.

Concedente:  
RECURSOS PRÓPRIOS  
Encargos Sociais:  
Leis sociais = 82,97%(HORA) 46,1

COD	DESCRIÇÃO	%
Despesas Indiretas		
AC	Administração central	3,00
DF	Despesas financeiras	0,69
R	Riscos	0,97
	TOTAL	4,66
Benefício		
S + G	Garantia/seguros	0,80
L	Lucro	6,16
	TOTAL	6,96
Impostos		
	PIS	0,65
	COFINS	3,00
	ISS	5,00
	CPRB	4,50

BDI = 28,81%  
$$\frac{(1 + AC + S + R + G) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Daniel Alves Castelo Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111694316-1



#VALORI

BDI

Proponente:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Endereço da Obra:

POVOADO CENTRO DOS LIMAS, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Obra/Projeto:

PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV.CENTRO DOS LIMAS.

Concedente:

RECURSOS PRÓPRIOS

Encargos Sociais:

Leis sociais = 82,97%

COD	DESCRIÇÃO	HORISTA %	MENSALISTA %
<b>A GRUPO A</b>			
A1	INSS	0,00	0,00
A2	SESI	1,50	1,50
A3	SENAI	1,00	1,00
A4	INCRA	0,20	0,20
A5	SEBRAE	0,60	0,60
A6	Salário Educação	2,50	2,50
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00	3,00
A8	FGTS	8,00	8,00
A9	SECONCI	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>16,80</b>	<b>16,80</b>

<b>B GRUPO B</b>			
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,89	0,00
B2	Feriados	3,95	0,00
B3	Auxílio - Enfermidade	0,85	0,64
B4	13º Salário	11,03	8,33
B5	Licença Paternidade	0,06	0,04
B6	Faltas Justificadas	0,74	0,56
B7	Dias de Chuvas	1,59	0,00
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10	0,08
B9	Férias Gozadas	12,18	9,20
B10	Salário Maternidade	0,04	0,03
<b>TOTAL</b>		<b>48,43</b>	<b>18,88</b>

<b>C GRUPO C</b>			
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,58	3,46
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,11	0,08
C3	Férias Indenizadas	1,73	1,31
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,41	1,82

Daniel Alves Castelo Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111684316-1

C5	Indenização Adicional	0,39	0,29
	<b>TOTAL</b>	<b>9,22</b>	<b>6,96</b>

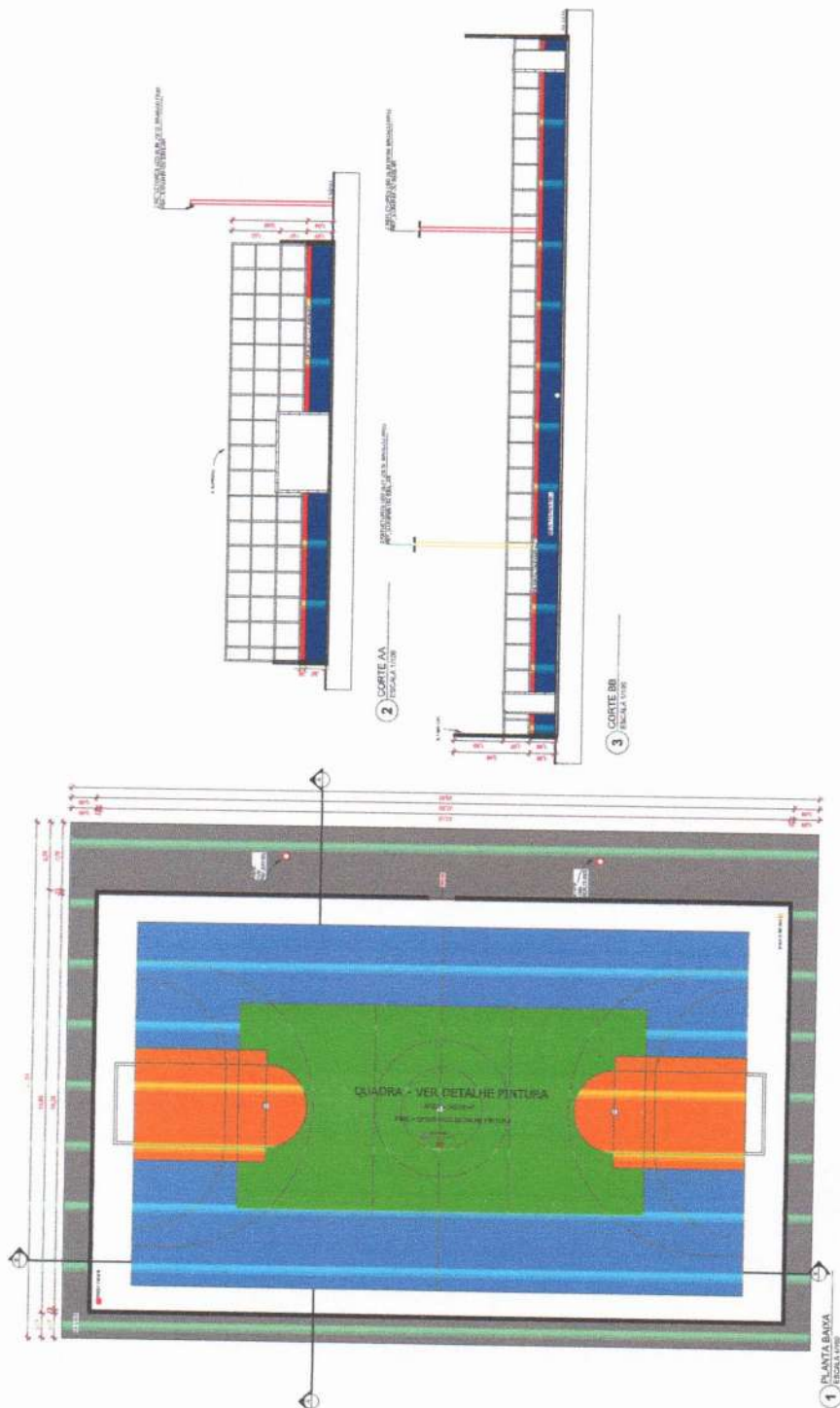
<b>D</b>	<b>GRUPO D</b>		
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	8,14	3,17
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,38	0,29
	<b>TOTAL</b>	<b>8,52</b>	<b>3,46</b>






**A + B + C + D = 82,97 46,10**

Daniel Alves Castelo Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 11168316-1



IN A REFORMED 610.93 m<sup>2</sup>



LEGENDA ESPECIFICAÇÃO DE PISO	
ENTRANCE	
DESCRICAÇÃO	
	PISO INDUSTRIAAL POLIURETANO COMPOSTO EM ARMADURA (PREFABRICAÇÃO EM BARRAS)
	CONCRETO COM REFORÇO EM BARRAS DE AÇO
	CONCRETO COM REFORÇO EM BARRAS DE AÇO
	CONCRETO COM REFORÇO EM BARRAS DE AÇO
	CONCRETO COM REFORÇO EM BARRAS DE AÇO

ESPECIFICIDADES

☐ PED

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO



## PROJETO ARQUITETÔNICO - REFORMA

PRIMEIRO NOME	PREFEITURA MUNICIPAL DE TULANDA
ENDEREÇO	POV. DO CENTRO DAS IRMÃS
CIDADE/UF	TULANDA/BA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TULANDA	
PRIMEIRO NOME	DANIEL ALVES CASTILHO BRANCO
ENDEREÇO	URUPITOMBO
CIDADE/UF	URUPITOMBO/BA

**Daniel Alves Castelo Branco**  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111684316-1

## QUADRA

PROJETO DE REFORMA

[illegible]





# Orçamento Sintético

Proponente:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Endereço da Obra:  
POVOADO SANTA TEREZA, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Obra/Projeto:  
PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV. SANTA TEREZA.

Concedente:  
RECURSOS PRÓPRIOS

Encargos Sociais:  
Leis sociais = 82,97%(HORA) 4€

BDI:  
28,81%

Referência de Preço:  
ORSE (03/2024)

Nº	Descrição	Preço total Sem BDI (R\$)	PESO (%)
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 22.946,75	11,50%
2.	PAREDES E PAINEIS	R\$ 1.778,80	0,89%
4.0	REVESTIMENTO	R\$ 8.426,88	4,22%
5.0	PISOS	R\$ 81.054,77	40,63%
6.0	ALAMBRADO	R\$ 50.990,29	25,56%
7.0	PINTURA	R\$ 17.382,49	8,71%
8.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	R\$ 10.906,50	5,47%
10.0	SERVIÇOS DIVERSOS E LIMPEZA DA OBRA	R\$ 5.987,40	3,00%
VALOR TOTAL SEM BDI		R\$ 199.473,88	100%
BDI (28,82%)		R\$ 57.488,37	
VALOR TOTAL COM BDI		R\$ 256.962,25	

Tufilândia - MA, 02 de maio de 2024

Daniel Alves Catão Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111684316-1

Conograma Físico / Financeiro

Proponente:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA,  
Endereço da Obra:  
POVOADO SANTA TEREZA, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA,  
Obra/Projeto:  
PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV. SANTA TEREZA,

Concedente:  
RECURSOS PRÓPRIOS  
Encargos Sociais:  
Leis sociais = 82,97%(HORA) 46,10%(MÊS  
R\$ 256.962,25

ITEM	DESCRIÇÃO	1 MÊS	2 MÊS	3 MÊS	4 MÊS	5 MÊS	6 MÊS	TOTAL COM BDI
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 29.560,00 100%						R\$ 29.560,00
2.0	PAREDES E PAINES	R\$ 2.291,45 100%						R\$ 2.291,45
4.0	REVESTIMENTO		R\$ 5.427,75 50%	R\$ 5.427,75 50%				R\$ 10.855,51
5.0	PISOS				R\$ 26.103,69 25%	R\$ 52.207,38 50%	R\$ 26.103,69 25%	R\$ 104.414,75
6.0	ALAMBRADO		R\$ 32.842,85 50%	R\$ 32.842,85 50%				R\$ 65.685,69
7.0	PINTURA						R\$ 22.392,12 100%	R\$ 22.392,12
8.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS			R\$ 3.512,44 25%	R\$ 10.537,31 75%			R\$ 14.049,75
10.0	SERVIÇOS DIVERSOS E LIMPEZA DA OBRA						R\$ 7.712,97 100%	R\$ 7.712,97
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO		PARCELA 1	PARCELA 2	PARCELA 3	PARCELA 4	PARCELA 5	PARCELA 6	PESO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.		R\$ 31.851,45	R\$ 38.270,60	R\$ 41.783,04	R\$ 36.641,00	R\$ 52.207,38	R\$ 56.208,78	100%
TOTAL		R\$ 31.851,45 12%	R\$ 38.270,60 15%	R\$ 41.783,04 16%	R\$ 36.641,00 14%	R\$ 52.207,38 20%	R\$ 56.208,78 22%	100%

Tufilândia - MA, 02 de maio de 2024

Daniel Alves Castelo Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111684216-1



# Orçamento Analítico

Proponente:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Concedente:

RECURSOS PRÓPRIOS

BDI:

28,81%

Endereço da Obra:

POVOADO SANTA TEREZA, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Encargos Sociais:

Leis sociais = 82,97%(HORA) 46,10%(MÊS)

Referência de Preço:

SINAPI DE ONELADO 04/2024

ORSE (03/2024)

Obra/Projeto:

PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV. SANTA TEREZA.

VALOR TOTAL DO PROJETO: R\$ 256.962,25

Nº	Descrição	Unid.	Quant.	Código	Referência	Preço unitário (R\$)	Preço total (R\$)	PESO (%)
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES					R\$ 22.946,75		11,50%
1.1	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA (2,00 X 1,50 M) - 2 UNIDADES	m²	6,00	S00051	ORSE	R\$ 374,96	R\$ 2.249,76	1,13%
1.2	BARRAÇÃO DE OBRA	m²	12,00	5088	ORSE	R\$ 240,42	R\$ 2.885,04	1,45%
1.7	DEMOLIÇÃO DE ALAMBRADO	m²	157,85	104802	SINAPI	R\$ 8,92	R\$ 1.408,02	0,71%
1.8	REMOÇÃO DE CABOS ELÉTRICOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	m	100,00	97661	SINAPI	R\$ 0,69	R\$ 69,00	0,03%
1.10	DEMOLIÇÃO DE PISO CIMENTADO E/OU CONCRETO SIMPLES	m²	493,26	16	ORSE	R\$ 25,55	R\$ 12.602,79	6,32%
1.9	DEMOLIÇÃO DE REBOCO	m²	88,00	17	ORSE	R\$ 8,70	R\$ 765,60	0,38%

Daniel Alves Castelo Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 11168456-1

# Orçamento Analítico

Proponente:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Concedente:  
RECURSOS PRÓPRIOS

BDI:  
28,81%

Endereço da Obra:  
POVOADO SANTA TEREZA, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Encargos Sociais:  
Leis sociais = 82,97%(HORA) 46,10%(MÊS)

Referência de Preço:  
SINAPI DE: ONEFADO 04/2024

Obra/Projeto:  
PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV. SANTA TEREZA.

VALOR TOTAL DO PROJETO: R\$ 256.962,25

ORSE (03/2024)

Nº	Descrição	Unid.	Quant.	Código	Referência	Preço unitário (R\$)	Preço total (R\$)	PESO (%)
1.11	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO BASCULANTE 6 M3	m³	109,18	72897	SINAPI	R\$ 20,01	R\$ 2.184,78	1,10%
1.12	TRANSPORTE DE MATERIAL DEMOLIDO EM CAÇAMBA	m³	109,18	72900	SINAPI	R\$ 7,16	R\$ 781,76	0,39%
2.	PAREDES E PAINELIS						R\$ 1.778,80	0,89%
2.1	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021	m²	20,00	103329	SINAPI	R\$ 88,94	R\$ 1.778,80	0,89%
4.0	REVESTIMENTO						R\$ 8.426,88	4,22%

Daniel Alves Castelo Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 11104016-1



# Orçamento Analítico

Proponente:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Concedente:

RECURSOS PRÓPRIOS

BDI:

28,81%

Endereço da Obra:

POVOADO SANTA TEREZA, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Encargos Sociais:

Leis sociais = 82,97%(HORA) 46,10%(MÊS)

Referência de Preço:

SINAPI DE ONEI ADO 04/2024

ORSE (03/2024)

Obra/Projeto:

PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV. SANTA TEREZA.

VALOR TOTAL DO PROJETO: R\$ 256.962,25

Nº	Descrição	Unid.	Quant.	Código	Referência	Preço unitário (R\$)	Preço total (R\$)	PESO (%)
4.2	CHAPISCO COM ARGAMASSA 1:3 CIM AREIA, A COLHER	m²	176,00	87905	SINAPI	R\$ 7,55	R\$ 1.328,80	0,67%
	REBOCO TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA MEDIA),							
4.3	ESPESSURA 2,5CM, PREPARO MANUAL DA ARGAMASSA, COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE	m²	176,00	84026	SINAPI	R\$ 40,33	R\$ 7.098,08	3,56%

5.0	PISOS					R\$	81.054,77	40,63%
5.1	RECONSTRUÇÃO DE CALÇADA EXISTENTE, E=6CM	m²	143,26	94992	SINAPI	R\$ 73,55	R\$ 10.536,77	5,28%
5.2	PISO INDUSTRIAL EM CONCRETO ARMADO DE ACABAMENTO POLIDO, ESPESSURA 12 CM (CIMENTO	m²	350,00	40647	SINAPI	R\$ 201,48	R\$ 70.518,00	35,35%

6.0	ALAMBRADO					R\$	50.990,29	25,56%
	Alambrado com tela de arame galvanizado fio 12 bwg,							
6.1	malha 2 1/2", revestido em pvc, fixada com tubos de aço galvanizado 2 1/2", formando quadros de 2.00 x 2.00 m, exceto mureta	m²	157,85	S12037	ORSE	R\$ 323,03	R\$ 50.990,29	25,56%

7.0	PINTURA					R\$	17.382,49	8,71%
-----	---------	--	--	--	--	-----	-----------	-------

Daniel Alves Gastelo Branco  
Engenharia Civil  
CREA - MA 111684316-1

# Orçamento Analítico

Proponente:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Concedente:

RECURSOS PRÓPRIOS

Endereço da Obra:

POVOADO SANTA TEREZA, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Encargos Sociais:

Leis sociais = 82,97%(HORA) 46,10%(MÊS)

BDI:

28,81%

Referência de Preço:

SINAPI DE ONEI ADO 04/2124)

ORSE (03/2024)

Obra/Projeto:

PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV. SANTA TEREZA.

VALOR TOTAL DO PROJETO:

R\$ 256.962,25

Nº	Descrição	Unid.	Quant.	Código	Referência	Preço unitário (R\$)	Preço total (R\$)	PESO (%)
7.1	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA ACRÍLICA EM PAREDES, UMA DEMÃO	m²	176,00	88495	SINAPI	R\$ 10,72	R\$ 1.886,72	0,95%
7.2	PINTURA ACRÍLICA EM PAREDES, 2 DEMÃOS	m²	176,00	88489	SINAPI	R\$ 14,71	R\$ 2.588,96	1,30%
7.3	PINTURA EM PISO CIMENTADO, 2 DEMÃOS	m²	493,26	74245/001	SINAPI	R\$ 13,44	R\$ 6.629,41	3,32%
7.5	PINTURA ESMALTE EM ESTRUTURA METÁLICA - ALAMBRADO	m²	157,85	88488	SINAPI	R\$ 16,93	R\$ 2.672,40	1,34%
7.6	PINTURA DE DEMARCAÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COM TINTA EPÓXI, E = 5 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF_05/2021	m²	350,00	102506	SINAPI	R\$ 10,30	R\$ 3.605,00	1,81%

8.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS					R\$	10.906,50	5,47%
8.1	Refletor modular LED 150w DC com DPS 3x50w 90° 5000k 165lm/W Alumínio Autovolt Branca Ref.: RFMLED-DCDPS-90-150-50-3C-ME, da G-light ou similar	un.	4,00	513040	ORSE	R\$ 2.127,19	R\$ 8.508,76	4,27%
8.5	CABO DE COBRE ISOLAMENTO ANTI-CHAMA, SEÇÃO 4,0MM2, 450/750 V - FLEXÍVEL	m	300,00	91928	SINAPI	R\$ 6,28	R\$ 1.884,00	0,94%
8.7	Disjuntor termomagnético bipolar 50 A, padrão DIN (Europeu - linha branca)	un.	1,00	S10316	ORSE	R\$ 55,36	R\$ 55,36	0,03%

Daniel Alves Castelo Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111684316-1



# Orçamento Analítico

Proponente:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Endereço da Obra:  
POVOADO SANTA TEREZA, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Obra/Projeto:  
PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV. SANTA TEREZA.

Concedente:  
RECURSOS PRÓPRIOS

Encargos Sociais:  
Leis sociais = 82,97%(HORA) 46,10%(MÊS)

Referência de Preço:  
SINAPI DE ONEI ADO 04/2024

BDI:  
28,81%

ORSE (03/2024)

VALOR TOTAL DO PROJETO: R\$ 256.962,25

Nº	Descrição	Unid.	Quant.	Código	Referência	Preço unitário (R\$)	Preço total (R\$)	PESO (%)
DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOPOLAR PADRAO								
8.8	NEMA (AMERICANO) 10 A 30A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	und	10,00	74130/001	SINAPI	R\$ 11,65	R\$ 116,50	0,06%
8.9	Aterramento composto de 3 hastes de cobre Ø 5/8" x 2,40m, interligada com cabo de cobre 35mm2	und	1	511568	ORSE	R\$ 341,88	R\$ 341,88	0,17%
10.0 SERVIÇOS DIVERSOS E LIMPEZA DA OBRA								
10.1	LIMPEZA GERAL DA OBRA	m²	610,90	2450	ORSE	R\$ 2,37	R\$ 5.987,40	3,00%
10.2	Traves oficial para futebol de salão 3x2m em aço galv.3", com requadro e redes de polietileno fio 4mm (conjunto p/futsal)	par	1,00	510069	ORSE	R\$ 4.539,57	R\$ 4.539,57	0,73%

VALOR TOTAL DA OBRA SEM BDI	R\$	199.473,88
BDI 28,82%	R\$	57.488,37
VALOR TOTAL DA OBRA COM BDI	R\$	256.962,25

Daniel Alves Castelo Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111684216-1

# Memória de Cálculo

## I. Informações Gerais

<b>Obra/Projeto:</b> PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV. SANTA TEREZA.	<b>Proponente:</b> PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.	<b>Concedente:</b> RECURSOS PRÓPRIOS	<b>BDI:</b> 28,81%
<b>Local / Implantação:</b> POVOADO SANTA TEREZA, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.	<b>Data:</b> 02 de maio 2024	<b>Encargos Sociais:</b> INSS (11,20%) FGTS (8,00%) PIS/PASEP (1,65%)	<b>REFERÊNCIA:</b> SINAPI DESONERADO (04/2024) ORSE (03/2024)

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANTIDADES													TOTAL
			LARG	COMP. / PERIM	ALT	PROF	ESP	A	VOL	TX	PE	PESP	QUANT	ST		
1.0 SERVIÇOS PRELIMINARES																
1.1	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA (2,00 X 1,50 M) - 2 UNIDADES	m²		2,00	1,50									2,00		6,00
1.2	BARRACÃO DE OBRA	m²		3,00	4,00									1,00		12,00
1.7	DEMOLIÇÃO DE ALAMBRADO	m²														157,85
	MURETA DA QUADRA							157,85								
1.8	REMOÇÃO DE CABOS ELÉTRICOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	m														100,00
1.9	DEMOLIÇÃO DE REBOCO	m²														88,00
	REBOCO EXTERNO			88,00	1,00			88,00								
1.10	DEMOLIÇÃO DE PISO CIMENTADO E/OU CONCRETO SIMPLES	m²														493,26
	PISO INTERNO DA QUADRA							350,00		100%						350,00
	CALÇADA EXTERTERNA							143,26		100%						143,26
																0,00
																0,00
1.11	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3	m³														109,18
	PISO INTERNO DA QUADRA							70,00								
	CALÇADA EXTERTERNA							28,65								
	REBOCO EXTERNO							2,64								
	ALAMBRADO							7,89								
1.12	TRANSPORTE DE MATERIAL DEMOLIDO EM CAÇAMBA	m³														109,18
2. PAREDES E PAINÉIS																
2.1	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL, AF. 12/2021	m²														20,00
	ALVENARIA MURETA			10,00	1,00								2,00			20,00
																0,00
4.0 REVESTIMENTO																
4.2	CHAPISCO COM ARGAMASSA 1:3 CIM AREIA, A COLHER	m²														176,00
	MURETA DA QUADRA							88,00					2,00			176,00
																0,00
																0,00
4.3	REBOCO TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA MÉDIA), ESPESSURA 2,5CM, PREPARO MANUAL DA ARGAMASSA, COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE	m²														176,00
5.0 PISOS																
5.1	RECONSTRUÇÃO DE CALÇADA EXISTENTE, E=6CM	m²														143,26
	IGUAL A ÁREA DE DEMOLIÇÃO DE CALÇADA							143,26								
5.2	PISO INDUSTRIAL EM CONCRETO ARMADO DE ACABAMENTO POLIDO, ESPESSURA 12 CM (CIMENTO QUEIMADO) (INCLUSO EXECUCAO)	m²														350,00
	IGUAL A ÁREA DE DEMOLIÇÃO DO PISO INTERNO							350,00								
6.0 ALAMBRADO																
6.1	Alambrado com tela de arame galvanizado fio 12 bwg, malha 2 1/2", revestido em pvc, fixada com tubos de aço galvanizado 2 1/2", formando quadros de 2,00 x 2,00 m, exceto mureta	m²														157,85
	MURETA DA QUADRA							157,85								0,00
7.0 PINTURA																
7.1	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA ACRÍLICA EM PAREDES, UMA DEMÃO	m²														176,00
	IGUAL A ÁREA DE REBOCO							176,00								
7.2	PINTURA ACRÍLICA EM PAREDES, 2 DEMÃOS	m²														176,00
	IGUAL A ÁREA DE REBOCO							176,00								
7.3	PINTURA EM PISO CIMENTADO, 2 DEMÃOS	m²														493,26
	IGUAL A ÁREA DE DEMOLIÇÃO DO PISO INTERNO							350,00								
	CALÇADA EXTERNA							143,26								
7.5	PINTURA ESMALTE EM ESTRUTURA METÁICA - ALAMBRADO	m²						157,85								157,85
7.6	PINTURA DE DEMARCAÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COM TINTA EPÓXI, E = 5 CM, APLICAÇÃO MANUAL, AF. 05/2021	m²						350,00								350,00
9.0 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS																
8.1	Refletor modular LED 150w DC com DPS 3x50w 90° 5000k 165lm/W Alumínio Autovolt Branca Ref.: RFMLLED-DCDPS-90-150-50-3C-ME, da G-light ou similar	un.														4,00
	ILUMINAÇÃO QUADRA												4,00			
8.5	CABO DE COBRE ISOLAMENTO ANTI-CHAMA, SEÇÃO 4,0MM2, 450/750 V - FLEXÍVEL	m														300,00
8.7	Disjuntor termomagnético bipolar 50 A, padrão DIN (Europeu - linha branca)	un.														1,00
8.8	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 10 A 30A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	und														10,00
8.9	Aterramento composto de 3 hastes de cobre Ø 5/8" x 2,40m, interligada com cabo de cobre 35mm2	und														1,00
10.0 SERVIÇOS DIVERSOS E LIMPEZA DA OBRA																
10.1	LIMPEZA GERAL DA OBRA	m²														610,90
10.2	Traves oficial para futebol de salão 3x2m em aço galv.3", com requadro e redes de polietileno fio 4mm (conjunto p/futsal)	par														1,00



Composição do BDI

Proponente:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Concedente:

RECURSOS PRÓPRIOS

Endereço da Obra:

POVOADO SANTA TEREZA, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Encargos Sociais:

Leis sociais = 82,97%(HORA) 46,1

Obra/Projeto:

PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV. SANTA TEREZA.

COD	DESCRIÇÃO	%
Despesas Indiretas		
AC	Administração central	3,00
DF	Despesas financeiras	0,69
R	Riscos	0,97
	TOTAL	4,66
Benefício		
S + G	Garantias/seguros	0,80
L	Lucro	6,16
	TOTAL	6,96
Impostos		
	PIS	0,60
	COFINS	3,00
	ISS	5,00
	CPRB	4,50

$$BDI = 28,81\%$$
$$(1 + AC + S + R + G) \times (1 + DF) \times (1 + L) \cdot 1$$
$$(1 - I)$$

Daniel Aloys Castelo Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111634316-1

## ENCARGOS SOCIAIS

BDI

## Proponente:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.

## Concedente:

RECURSOS PRÓPRIOS

## Endereço da Obra:

POVOADO SANTA TEREZA, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.

## Encargos Sociais:

Leis sociais = 82,97%

## Obra/Projeto:

PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV. SANTA TEREZA.

COD	DESCRIÇÃO	HORISTA %	MESESALISTA %
-----	-----------	-----------	---------------

<b>A</b>	<b>GRUPO A</b>		
A1	INSS	0,00	0,00
A2	SESI	1,50	1,50
A3	SENAI	1,00	1,00
A4	INCRA	0,20	0,20
A5	SEBRAE	0,60	0,60
A6	Salário Educação	2,50	2,50
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00	3,00
A8	FGTS	8,00	8,00
A9	SECONCI	0,00	0,00
	<b>TOTAL</b>	<b>16,80</b>	<b>16,80</b>

<b>B</b>	<b>GRUPO B</b>		
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,89	0,00
B2	Feriados	3,95	0,00
B3	Auxílio - Enfermidade	0,85	0,64
B4	13º Salário	11,03	8,33
B5	Licença Paternidade	0,06	0,04
B6	Faltas Justificadas	0,74	0,56
B7	Dias de Chuvas	1,59	0,00
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10	0,08
B9	Férias Gozadas	12,18	9,20
B10	Salário Maternidade	0,04	0,03
	<b>TOTAL</b>	<b>48,43</b>	<b>18,88</b>

<b>C</b>	<b>GRUPO C</b>		
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,58	3,46
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,11	0,08
C3	Férias Indenizadas	1,73	1,31
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,41	1,82

Daniel Alves Sastelo Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 11168216-1



C5	Indenização Adicional	0,39	0,29
	<b>TOTAL</b>	<b>9,22</b>	<b>6,96</b>

<b>D</b>	<b>GRUPO D</b>		
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	8,14	3,17
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,38	0,29
	<b>TOTAL</b>	<b>8,52</b>	<b>3,46</b>

**A + B + C + D = 82,97 46,10**

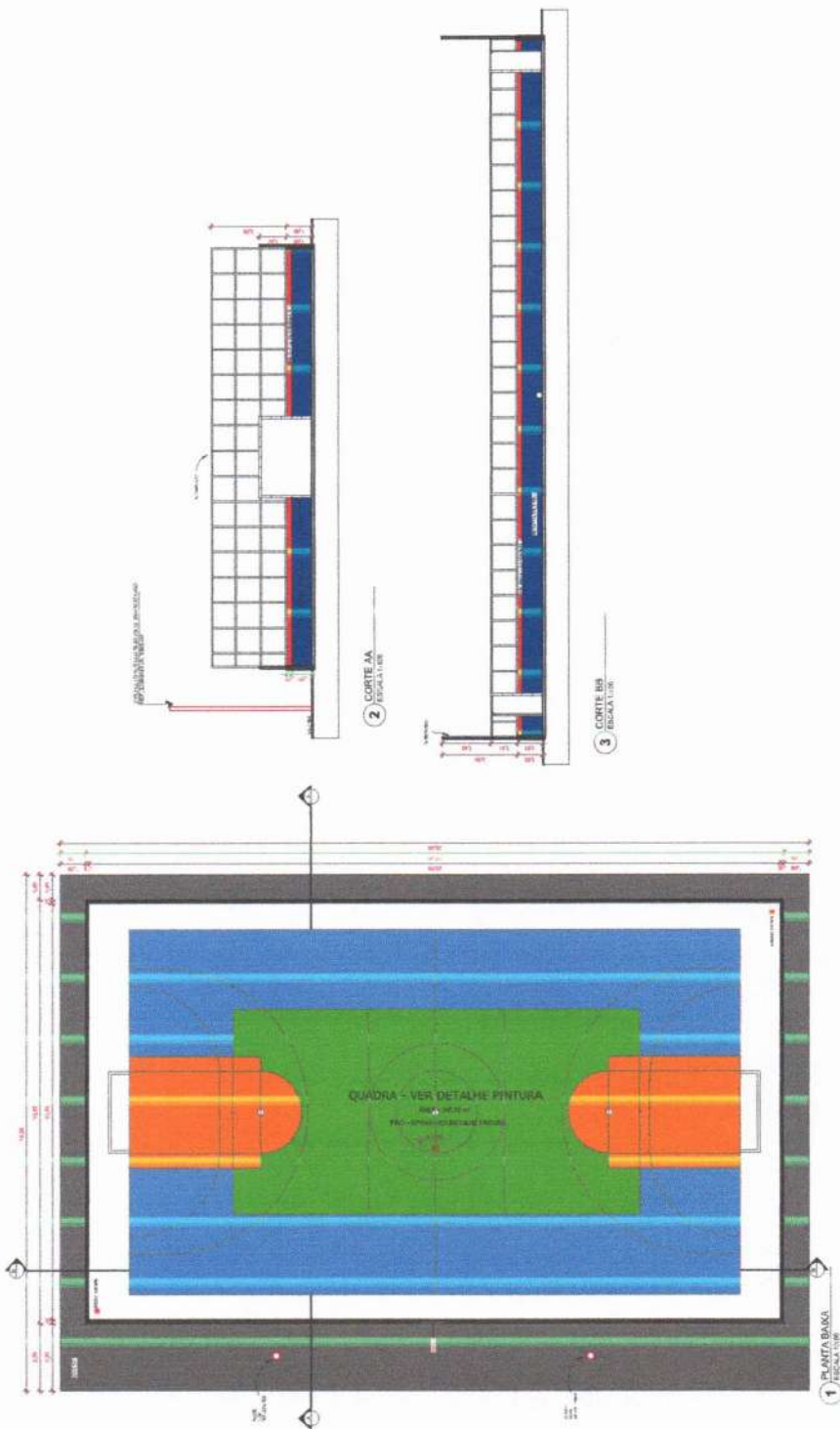
Daniel Alves Castelo Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111634716-1

Daniel Alves Castelo Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111634716-1

NOTAS:  
 1. OBRAS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE JOGO DE FUTEBOL DE AREIA.  
 2. OBRAS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE JOGO DE FUTEBOL DE AREIA.  
 3. OBRAS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE JOGO DE FUTEBOL DE AREIA.  
 4. OBRAS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE JOGO DE FUTEBOL DE AREIA.  
 5. OBRAS DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE JOGO DE FUTEBOL DE AREIA.

# QUADRO DE ÁREA

ÁREA A REFORMAR: 833,90 m²



LEGENDA ESPECIFICAÇÃO DE PISO	
EXTENSÃO	ESPECIFICAÇÃO
1	CONCRETO LADO DE CORTA-VENTO (PAREDE)
2	CONCRETO LADO DE CORTA-VENTO (PAREDE)
3	CONCRETO LADO DE CORTA-VENTO (PAREDE)
4	CONCRETO LADO DE CORTA-VENTO (PAREDE)
5	CONCRETO LADO DE CORTA-VENTO (PAREDE)
6	CONCRETO LADO DE CORTA-VENTO (PAREDE)
7	CONCRETO LADO DE CORTA-VENTO (PAREDE)
8	CONCRETO LADO DE CORTA-VENTO (PAREDE)
9	CONCRETO LADO DE CORTA-VENTO (PAREDE)
10	CONCRETO LADO DE CORTA-VENTO (PAREDE)

ESPECIFICAÇÕES	
1	CONCRETO LADO DE CORTA-VENTO (PAREDE)
2	CONCRETO LADO DE CORTA-VENTO (PAREDE)
3	CONCRETO LADO DE CORTA-VENTO (PAREDE)
4	CONCRETO LADO DE CORTA-VENTO (PAREDE)
5	CONCRETO LADO DE CORTA-VENTO (PAREDE)
6	CONCRETO LADO DE CORTA-VENTO (PAREDE)
7	CONCRETO LADO DE CORTA-VENTO (PAREDE)
8	CONCRETO LADO DE CORTA-VENTO (PAREDE)
9	CONCRETO LADO DE CORTA-VENTO (PAREDE)
10	CONCRETO LADO DE CORTA-VENTO (PAREDE)



## PROJETO ARQUITETÔNICO - REFORMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA  
 ENDEREÇO: RUA SANTO ANTONIO, 100  
 MUNICÍPIO: TUFILÂNDIA  
 ESTADO: GO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA  
 RESPONSÁVEL: DANIEL ALVES CASTELO BRANCO  
 RESPOSTA TÉCNICA: DANIEL ALVES CASTELO BRANCO  
 ATIVIDADE PROJETADA: REFORMA

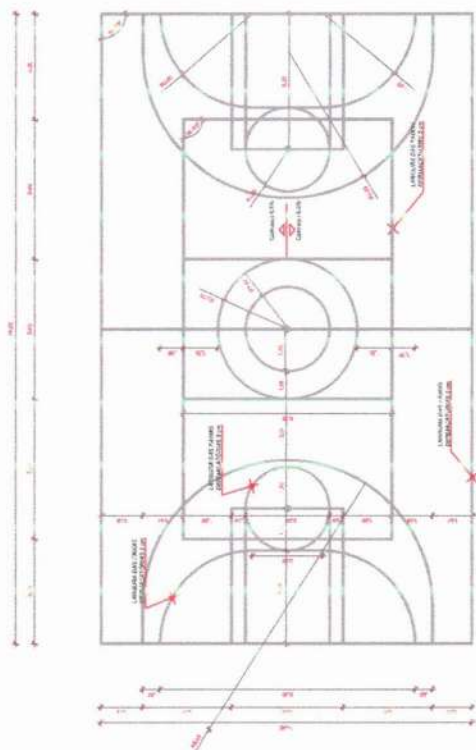
*Daniel Alves Castelo Branco*  
 Engenheiro Civil  
 CREA - MA 111684316-1

## QUADRA

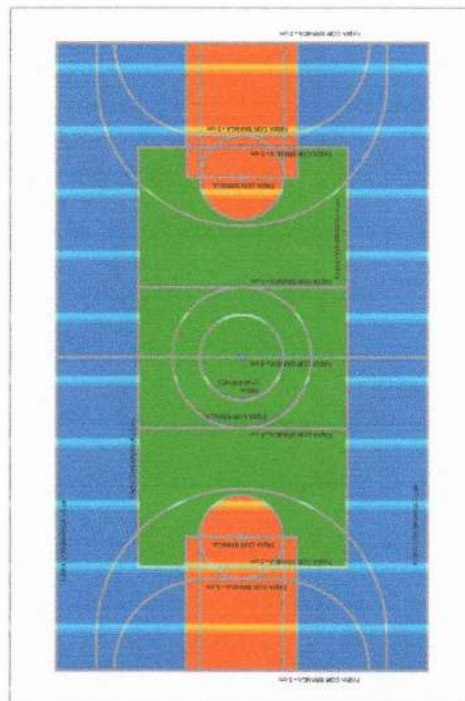
### PROJETO DE REFORMA

DESCRIÇÃO-1  
 DESCRIÇÃO-2  
 DESCRIÇÃO-3

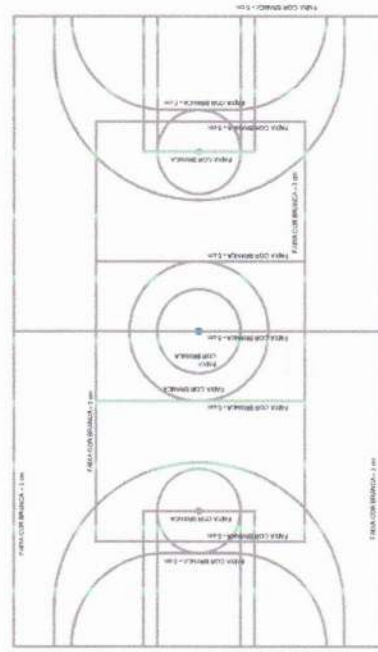




**1** DESENHO QUADRA  
ESCALA 1:100



**2** PINTURA CUADRA  
BISCALA 1/1100



**3** ESPESSURA FAIXAS  
ESCALA 1:1000



QUADRO DE ÁREA	
ÁREA A SER COBRADA	610,92 m²

QUADRO DE ÁREA

Lat A net change	610,90 m <sup>2</sup>
------------------	-----------------------



## PROJETO ARQUITETÔNICO - REFORMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUIRÂNIA

REVISTA DE ECONOMIA

Sample	FORWARD GEN	TURN ANALYSIS
Revised + CF		

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPACANDIA

PROPERTY RECORDS OF TOWN OF  
ROXBURY

DANIEL ALVES CASTEL O BRANCO  
SUP. TÉCNICO

DANIEL ALVES CASTELO BRANCO

[illegible]

CREA	
------	--

**Daniel Afonso Castelo Branco**  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111684/46-1

## QUADRA

QUADRA  
PROJETO DE REFORMA

DESC

0530  
0530

--	--

--	--

02/02

# Orçamento Sintético

Proponente:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Endereço da Obra:  
POVOADO SERRA, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Obra/Projeto:  
PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV. SERRA.

Concedente:  
RECURSOS PRÓPRIOS

Encargos Sociais:  
Leis sociais = 82,97%(HORA) 4€ SINAPI DESONERADO (04/2024)

BDI:  
28,81%

Referência de Preço:

ORSE (03/2024)

Nº	Descrição	Preço total Sem BDI (R\$)	PESO (%)
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 20.144,59	11,91%
2.	PAREDES E PAINEIS	R\$ 1.245,16	0,74%
4.0	REVESTIMENTO	R\$ 8.426,88	4,98%
5.0	PISOS	R\$ 64.843,82	38,34%
6.0	ALAMBRADO	R\$ 40.792,23	24,12%
7.0	PINTURA	R\$ 16.848,01	9,96%
8.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	R\$ 10.836,60	6,41%
10.0	SERVIÇOS DIVERSOS E LIMPEZA DA OBRA	R\$ 5.987,40	3,54%
VALOR TOTAL SEM BDI		R\$ 169.124,69	100%
BDI (28,82%)		R\$ 48.741,74	
VALOR TOTAL COM BDI		R\$ 217.866,43	

Tufilândia - MA, 02 de maio de 2024

Daniel Alves Castelo Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111684316-1



Conograma Físico / Financeiro

Proponente:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Concedente:

RECURSOS PRÓPRIOS

Endereço da Obra:

POVOADO SERRA, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Encargos Sociais:

Leis sociais = 82,97%(HORA) 46,10%(MÊS)

Obra/Projeto:

PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV. SERRA.

R\$ 217.866,43

ITEM	DESCRIÇÃO	1 MÊS	2 MÊS	3 MÊS	4 MÊS	5 MÊS	6 MÊS	TOTAL COM BDI
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 25.950,26 100%						R\$ 25.950,26
2.0	PAREDES E PAINÉIS	R\$ 1.604,02 100%						R\$ 1.604,02
4.0	REVESTIMENTO		R\$ 5.427,75 50%	R\$ 5.427,75 50%				R\$ 10.855,51
5.0	PISOS				R\$ 20.882,95 25%	R\$ 41.765,90 50%	R\$ 20.882,95 25%	R\$ 83.531,81
6.0	ALAMBRADO		R\$ 26.274,28 50%	R\$ 26.274,28 50%				R\$ 52.548,55
7.0	PINTURA						R\$ 21.703,61 100%	R\$ 21.703,61
8.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS			R\$ 3.489,93 25%	R\$ 10.469,78 75%			R\$ 13.959,71
10.0	SERVIÇOS DIVERSOS E LIMPEZA DA OBRA						R\$ 7.712,97 100%	R\$ 7.712,97
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO		PARCELA 1	PARCELA 2	PARCELA 3	PARCELA 4	PARCELA 5	PARCELA 6	PESO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.		R\$ 27.554,28 13%	R\$ 31.702,03 15%	R\$ 35.191,96 16%	R\$ 31.352,73 14%	R\$ 41.765,90 19%	R\$ 50.299,53 23%	100%
TOTAL		R\$ 27.554,28 13%	R\$ 31.702,03 15%	R\$ 35.191,96 16%	R\$ 31.352,73 14%	R\$ 41.765,90 19%	R\$ 50.299,53 23%	100%

Tufilândia - MA, 02 de maio de 2024

Daniel Alves Castelo Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111084316-1

# Orçamento Analítico

Proponente:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Concedente:  
RECURSOS PRÓPRIOS

Endereço da Obra:  
POVOADO SERRA, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.

BDI:  
28,81%

Referência de Preço:  
SINAPI DE ONEIADO 04/2024

Encargos Sociais:  
Leis sociais = 82,97%(HORA) 46,10%(MÊS)

ORSE (03/2024)

Obra/Projeto:					VALOR TOTAL DO PROJETO: R\$ 217.866,43				
PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV. SERRA.									
Nº	Descrição	Unid.	Quant.	Código	Referência	Preço unitário (R\$)	Preço total (R\$)	PESO (%)	
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES					R\$	20.144,59	11,91%	
1.1	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA (2,00 X 1,50 M) - 2 UNIDADES	m²	6,00	S00051	ORSE	R\$ 374,96	R\$ 2.249,76	1,33%	
1.2	BARRAÇÃO DE OBRA	m²	12,00	5088	ORSE	R\$ 240,42	R\$ 2.885,04	1,71%	
1.7	DEMOLIÇÃO DE ALAMBRADO	m²	126,28	104802	SINAPI	R\$ 8,92	R\$ 1.126,42	0,67%	
1.8	REMOÇÃO DE CABOS ELÉTRICOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	m	100,00	97661	SINAPI	R\$ 0,69	R\$ 69,00	0,04%	
1.10	DEMOLIÇÃO DE PISO CIMENTADO E/OU CONCRETO SIMPLES	m²	394,61	16	ORSE	R\$ 25,55	R\$ 10.082,23	5,96%	
1.9	DEMOLIÇÃO DE REBOCO	m²	88,00	17	ORSE	R\$ 8,70	R\$ 765,60	0,45%	

Daniel Alves Castelo Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111634216-1



# Orçamento Analítico

Proponente:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Concedente:  
RECURSOS PRÓPRIOS

BDI:  
28,81%

Endereço da Obra:  
POVOADO SERRA, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Encargos Sociais:  
Leis sociais = 82,97%(HORA) 46,10%(MÊS)

Referência de Preço:  
SINAPI DE ONEI ADO 04/2024

Obra/Projeto:  
PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV. SERRA.

VALOR TOTAL DO PROJETO: R\$ 217.866,43

ORSE (03/2024)

Nº	Descrição	Unid.	Quant.	Código	Referência	Preço unitário (R\$)	Preço total (R\$)	PESO (%)
1.11	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO BASCULANTE 6 M3	m³	109,18	72897	SINAPI	R\$ 20,01	R\$ 2.184,78	1,29%
1.12	TRANSPORTE DE MATERIAL DEMOLIDO EM CAÇAMBA	m³	109,18	72900	SINAPI	R\$ 7,16	R\$ 781,76	0,46%
2.	PAREDES E PAINELIS						R\$ 1.245,16	0,74%
2.1	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021	m²	14,00	103329	SINAPI	R\$ 88,94	R\$ 1.245,16	0,74%
4.0	REVESTIMENTO						R\$ 8.426,88	4,98%

Daniel Alves Castelo Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111634216-1

# Orçamento Analítico

Proponente:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Concedente:

RECURSOS PRÓPRIOS

BDI:

28,81%

Endereço da Obra:

POVOADO SERRA, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Encargos Sociais:

Leis sociais = 82,97%(HORA) 46,10%(MÊS)

Referência de Preço:

SINAPI DE CONEILADO 04/2024

ORSE (03/2024)

Obra/Projeto:

PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV. SERRA.

VALOR TOTAL DO PROJETO: R\$ 217.866,43

Nº	Descrição	Unid.	Quant.	Código	Referência	Preço unitário (R\$)	Preço total (R\$)	PESO (%)
4.2	CHAPISCO COM ARGAMASSA 1:3 CIM AREIA, A COLHER	m²	176,00	87905	SINAPI	R\$ 7,55	R\$ 1.328,80	0,79%
4.3	REBOCO TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA MEDIA), ESPESSURA 2,5CM, PREPARO MANUAL DA ARGAMASSA, COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE	m²	176,00	84026	SINAPI	R\$ 40,33	R\$ 7.098,08	4,20%
5.0	PISOS					R\$	64.843,82	38,34%
5.1	RECONSTRUÇÃO DE CALÇADA EXISTENTE, E=6CM	m²	114,61	94992	SINAPI	R\$ 73,55	R\$ 8.429,42	4,98%
5.2	PISO INDUSTRIAL EM CONCRETO ARMADO DE ACABAMENTO POLIDO, ESPESSURA 12 CM (CIMENTO	m²	280,00	40647	SINAPI	R\$ 201,48	R\$ 56.414,40	33,36%
6.0	ALAMBRADO					R\$	40.792,23	24,12%
6.1	Alambrado com tela de arame galvanizado fio 12 bwg, malha 2 1/2", revestido em pvc, fixada com tubos de aço galvanizado 2 1/2" , formando quadros de 2.00 x 2.00 m, exceto mureta	m²	126,28	S12037	ORSE	R\$ 323,03	R\$ 40.792,23	24,12%
7.0	PINTURA					R\$	16.848,01	9,96%

Daniel Alves Castelo Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111694216-1



# Orçamento Analítico

Proponente:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Concedente:  
RECURSOS PRÓPRIOS

BDI:  
28,81%

Endereço da Obra:  
POVOADO SERRA, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Encargos Sociais:  
Leis sociais = 82,97%(HORA) 46,10%(MÊS)

Referência de Preço:  
SINAPI DE ONEI ADO 04/2024

Obra/Projeto:  
PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV. SERRA.

Valor Total do Projeto: R\$ 217.866,43

ORSE (03/2024)

Nº	Descrição	Unid.	Quant.	Código	Referência	Preço unitário (R\$)	Preço total (R\$)	PESO (%)
7.1	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA ACRÍLICA EM PAREDES, UMA DEMÃO	m²	176,00	88495	SINAPI	R\$ 10,72	R\$ 1.886,72	1,12%
7.2	PINTURA ACRÍLICA EM PAREDES, 2 DEMÃOS	m²	176,00	88489	SINAPI	R\$ 14,71	R\$ 2.588,96	1,53%
7.3	PINTURA EM PISO CIMENTADO, 2 DEMÃOS	m²	493,26	74245/001	SINAPI	R\$ 13,44	R\$ 6.629,41	3,92%
7.5	PINTURA ESMALTE EM ESTRUTURA METÁLICA - ALAMBRADO	m²	126,28	88488	SINAPI	R\$ 16,93	R\$ 2.137,92	1,26%
7.6	PINTURA DE DEMARCAÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COM TINTA EPÓXI, E = 5 CM, APLICAÇÃO MANUAL.	m²	350,00	102506	SINAPI	R\$ 10,30	R\$ 3.605,00	2,13%
AF_05/2021								

8.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS					R\$	10.836,60	6,41%
8.1	Refletor modular LED 150w DC com DPS 3x50w 90° 5000k 165lm/W Alumínio Autovolt Branca Ref.: RFMLED-DCDPS-90-150-50-3C-ME, da G-light ou similar	un.	4,00	S13040	ORSE	R\$ 2.127,19	R\$ 8.508,76	5,03%
8.5	CABO DE COBRE ISOLAMENTO ANTI-CHAMA, SEÇÃO 4,0MM², 450/750 V - FLEXÍVEL	m	300,00	91928	SINAPI	R\$ 6,28	R\$ 1.884,00	1,11%
8.7	Disjuntor termomagnético bipolar 50 A, padrão DIN (Europeu - linha branca)	un.	1,00	S10316	ORSE	R\$ 55,36	R\$ 55,36	0,03%

Daniel Alves Castelo Branco

Engenheiro Civil

CREA - MA 111634216-1

# Orçamento Analítico

Proponente:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Endereço da Obra:  
POVOADO SERRA, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.

Obra/Projeto:  
PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV. SERRA.

Concedente:  
RECURSOS PRÓPRIOS

Encargos Sociais:  
Leis sociais = 82,97%(HORA) 46,10%(MÊS)

Referência de Preço:  
SINAPI DE CONEADO 04/2024

BDI:  
28,81%

ORSE (03/2024)

VALOR TOTAL DO PROJETO: R\$ 217.866,43

Nº	Descrição	Unid.	Quant.	Código	Referência	Preço unitário (R\$)	Preço total (R\$)	PESO (%)
DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOPOLAR PADRAO								
8.8	NEMA (AMERICANO) 10 A 30A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	und	4,00	74130/001	SINAPI	R\$ 11,65	R\$ 46,60	0,03%
8.9	Aterramento composto de 3 hastes de cobre Ø 5/8" x 2,40m, interligada com cabo de cobre 35mm2	und	1	511568	ORSE	R\$ 341,88	R\$ 341,88	0,20%
10.0	SERVIÇOS DIVERSOS E LIMPEZA DA OBRA							
10.1	LIMPEZA GERAL DA OBRA	m²	610,90	2450	ORSE	R\$ 2,37	R\$ 1.447,83	0,86%
10.2	Traves oficial para futebol de salão 3x2m em aço galv. 3", com requadro e redes de polietileno fio 4mm (conjunto p/futsal)	par	1,00	510069	ORSE	R\$ 4.539,57	R\$ 4.539,57	2,68%

VALOR TOTAL DA OBRA SEM BDI	R\$ 169.124,69
BDI 28,82%	R\$ 48.741,74
VALOR TOTAL DA OBRA COM BDI	R\$ 217.866,43

Daniel Alves Castelo Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111634216-1



# Memória de Cálculo

## I. Informações Gerais

**Obra/Projeto:**  
PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV. SERRA.

**Local / Implantação:**  
POVOADO SERRA, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.

**Proponente:**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.

**Data:**  
02 de maio 2024

**Concedente:**  
RECURSOS PRÓPRIOS

**Encargos Sociais:**  
SINAPI (04/2024)  
ORSE (03/2024)

**BDI:**  
28,81%

**REFERÊNCIA:**  
SINAPI DESONERADO (04/2024)  
ORSE (03/2024)

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANTIDADES														TOTAL
			LARG	COMP. / PERM	ALT	PROF	ESP	A	VOL	TX	FE	PESP	QUANT	ST			
1.0 SERVIÇOS PRELIMINARES																	
1.1	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA (2,00 X 1,50 M) - 2 UNIDADES	m²	2,00	1,50									2,00			6,00	
1.2	BARRAÇÃO DE OBRA	m²	3,00	4,00									1,00			12,00	
1.7	DEMOLIÇÃO DE ALAMBRADO	m²														126,28	
	MURETA DA QUADRA							157,85		80%							
1.8	REMOÇÃO DE CABOS ELÉTRICOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO	m														100,00	
1.9	DEMOLIÇÃO DE REBOCO	m²														88,00	
	REBOCO EXTERNO			88,00	1,00			88,00									
1.10	DEMOLIÇÃO DE PISO CIMENTADO E/OU CONCRETO SIMPLES	m²														394,61	
	PISO INTERNO DA QUADRA							350,00		80%						280,00	
	CALÇADA EXTERTERNA							143,26		80%						114,61	
																0,00	
																0,00	
1.11	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3	m³														109,18	
	PISO INTERNO DA QUADRA							70,00									
	CALÇADA EXTERTERNA							28,65									
	REBOCO EXTERNO							2,64									
	ALAMBRADO							7,89									
1.12	TRANSPORTE DE MATERIAL DEMOUIDO EM CAÇAMBA	m³														109,18	
2. PAREDES E PAINÉIS																	
2.1	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL AF 12/2021	m²														14,00	
	ALVENARIA MURETA			7,00	1,00								2,00			14,00	
																0,00	
4.0 REVESTIMENTO																	
4.2	CHAPISCO COM ARGAMASSA 1:3 CIM AREIA, A COLHER	m²														176,00	
	MURETA DA QUADRA							88,00					2,00			176,00	
																0,00	
																0,00	
4.3	REBOCO TRACO 1:4 (CIMENTO E AREIA MÉDIA), ESPESURA 2,5CM, PREPARO MANUAL DA ARGAMASSA, COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE	m²														176,00	
5.0 PISOS																	
5.1	RECONSTRUÇÃO DE CALÇADA EXISTENTE, E=6CM	m²														114,61	
	IGUAL A ÁREA DE DEMOLIÇÃO DE CALÇADA							114,61									
5.2	PISO INDUSTRIAL EM CONCRETO ARMADO DE ACABAMENTO POUIDO, ESPESURA 12 CM (CIMENTO QUEIMADO) (INCLUSO EXECUÇÃO)	m²														280,00	
	IGUAL A ÁREA DE DEMOLIÇÃO DO PISO INTERNO							280,00									
6.0 ALAMBRADO																	
6.1	Alambrado com tela de arame galvanizado fio 12 bwg, malha 2 1/2", revestido em pvc, fixada com tubos de aço galvanizado 2 1/2", formando quadros de 2,00 x 2,00 m, exceto mureta	m²														126,28	
	MURETA DA QUADRA							126,28								0,00	
7.0 PINTURA																	
7.1	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA ACRÍLICA EM PAREDES, UMA DEMÃO	m²														176,00	
	IGUAL A ÁREA DE REBOCO							176,00									
7.2	PINTURA ACRÍLICA EM PAREDES, 2 DEMÃOS	m²														176,00	
	IGUAL A ÁREA DE REBOCO							176,00									
7.3	PINTURA EM PISO CIMENTADO, 2 DEMÃOS	m²														493,26	
	IGUAL A ÁREA DE DEMOLIÇÃO DO PISO INTERNO							350,00									
	CALÇADA EXTERNA							143,26									
7.5	PINTURA ESMALTE EM ESTRUTURA METÁLICA - ALAMBRADO	m²						126,28								126,28	
7.6	PINTURA DE DEMARCAÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COM TINTA EPÓXI, E = 5 CM, APLICAÇÃO MANUAL AF 05/2021	m²						350,00								350,00	
8.0 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS																	
8.1	Refletor modular LED 150w DC, com DPS 3x50w 90° 5000k 165lm/W Alumínio Autovolt Branca Ref.: RFMLED-DCDPS-90-150-50-3C-ME, da G-light ou similar	un.														4,00	
	ILUMINAÇÃO QUADRA												4,00				
8.5	CABO DE COBRE ISOLAMENTO ANTI-CHAMA, SEÇÃO 4,0MM², 450/750 V - FLEXÍVEL	m														300,00	
8.7	Disjuntor termomagnético bipolar 50 A, padrão DIN (Europeu - linha branca)	un.														1,00	
8.8	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 10 A 30A 240V, FORNECIMENTO E INSTALACAO	und														4,00	
8.9	Aterramento composto de 3 hastes de cobre Ø 5/8" x 2,40m, interligada com cabo de cobre 35mm²	und														1,00	
10.0 SERVIÇOS DIVERSOS E LIMPEZA DA OBRA																	
10.1	LIMPEZA GERAL DA OBRA	m²														610,90	
10.2	Traves oficial para futebol de salão 3x2m em aço galv.3", com requadro e redes de polietileno fio 4mm (conjunto p/futsal)	par														1,00	

# Composição do BDI

Proponente: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.  
Endereço da Obra: POVOADO SERRA, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.  
Obra/Projeto: PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV. SERRA.

Concedente: RECURSOS PRÓPRIOS  
Encargos Sociais: Leis sociais = 82,97%(HORA) 46,1

COD	DESCRIÇÃO	%
Despesas Indiretas		
AC	Administração central	3,00
DF	Despesas financeiras	0,60
R	Riscos	0,97
	TOTAL	4,56
Benefício		
S + G	Garantia/seguros	0,80
L	Lucro	6,16
	TOTAL	6,96
Impostos		
	PIS	0,65
	COFINS	3,00
	ISS	5,00
	CPRB	4,50

$$BDI = 28,81\%$$
$$(1 + AC + S + R + G) \times (1 + DF) \times (1 + L) - 1$$
$$(1 - I)$$

Daniel Alves Castelo Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 111694316-1



## ENCARGOS SOCIAIS

## BDI

## Proponente:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA - MA.

## Concedente:

RECURSOS PRÓPRIOS

## Endereço da Obra:

POVOADO SERRA, ZONA RURAL DE TUFILÂNDIA - MA.

## Encargos Sociais:

Leis sociais = 82,97%

## Obra/Projeto:

PROJETO DE REFORMA DA QUADRA ESPORTIVA DO POV. SERRA.

COD	DESCRIÇÃO	HORISTA %	MENSALISTA %
-----	-----------	-----------	--------------

A GRUPO A			
A1	INSS	0,00	0,00
A2	SESI	1,50	1,50
A3	SENAI	1,00	1,00
A4	INCRA	0,20	0,20
A5	SEBRAE	0,60	0,60
A6	Salário Educação	2,50	2,50
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00	3,00
A8	FGTS	8,00	8,00
A9	SECONCI	0,00	0,00
TOTAL		16,80	16,80

B GRUPO B			
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,89	0,00
B2	Feriados	3,95	0,00
B3	Auxílio - Enfermidade	0,85	0,64
B4	13º Salário	11,03	8,33
B5	Licença Paternidade	0,06	0,04
B6	Faltas Justificadas	0,74	0,56
B7	Dias de Chuvas	1,59	0,00
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10	0,08
B9	Férias Gozadas	12,18	9,20
B10	Salário Maternidade	0,04	0,03
TOTAL		48,43	18,88

C GRUPO C			
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,58	3,46
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,11	0,08
C3	Férias Indenizadas	1,73	1,31
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,41	1,82

Daniel Alves Castelo Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 17684216-1

C5	Indenização Adicional	0,39	0,29
	<b>TOTAL</b>	<b>9,22</b>	<b>6,96</b>

<b>D</b>	<b>GRUPO D</b>		
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	8,14	3,17
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,38	0,29
	<b>TOTAL</b>	<b>8,52</b>	<b>3,46</b>

**A + B + C + D = 82,97 46,10**

Daniel Alves Castelo Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 11168/276-1





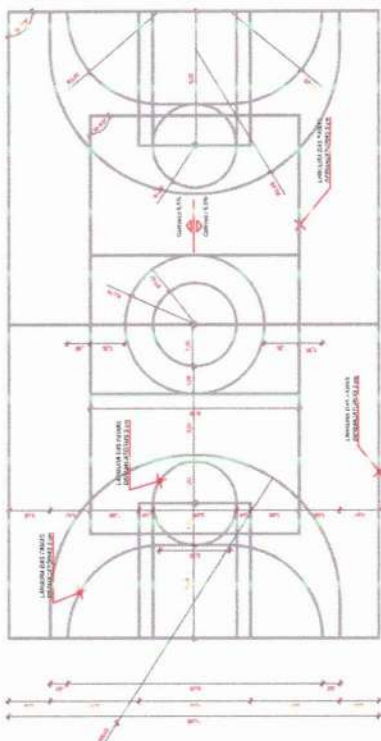
PROJETO

PROJETO DE REFORMA DO PAVILÃO DE ESPORTES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TUIRILÂNDIA - MA  
OBRAS DE REFORMA DO PAVILÃO DE ESPORTES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TUIRILÂNDIA - MA  
PROJETO DE REFORMA DO PAVILÃO DE ESPORTES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TUIRILÂNDIA - MA  
PROJETO DE REFORMA DO PAVILÃO DE ESPORTES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TUIRILÂNDIA - MA

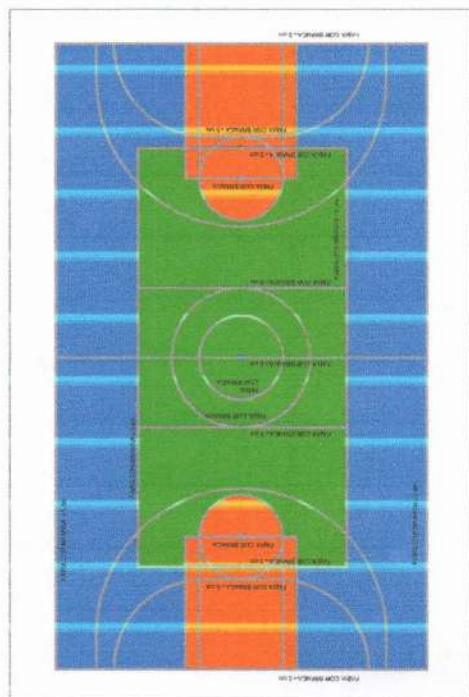
PROJETO DE REFORMA DO PAVILÃO DE ESPORTES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TUIRILÂNDIA - MA  
OBRAS DE REFORMA DO PAVILÃO DE ESPORTES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TUIRILÂNDIA - MA  
PROJETO DE REFORMA DO PAVILÃO DE ESPORTES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TUIRILÂNDIA - MA  
PROJETO DE REFORMA DO PAVILÃO DE ESPORTES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TUIRILÂNDIA - MA

# QUADRO DE ÁREA

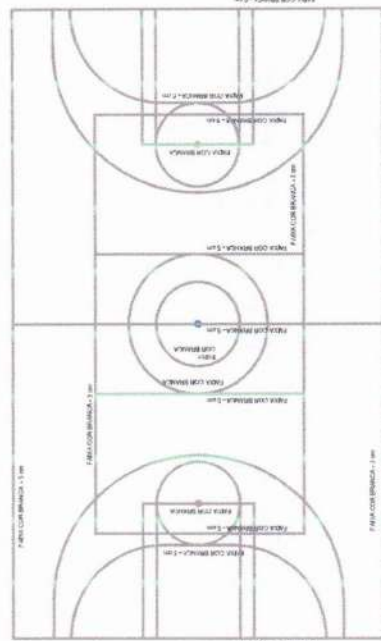
ÁREA A REFORMAR: 610,00 m²



1 DESENHO QUADRA  
ESCALA 1:100



2 PLANTA QUADRA  
ESCALA 1:100



3 EXPANSÃO FAIXAS  
ESCALA 1:100



## PROJETO ARQUITETÔNICO - REFORMA

PROJETO ARQUITETÔNICO - REFORMA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUIRILÂNDIA  
PRAÇA DE ESPORTES  
TUIRILÂNDIA - MA  
PROJETO ARQUITETÔNICO - REFORMA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUIRILÂNDIA  
PRAÇA DE ESPORTES  
TUIRILÂNDIA - MA  
PROJETO ARQUITETÔNICO - REFORMA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUIRILÂNDIA  
PRAÇA DE ESPORTES  
TUIRILÂNDIA - MA

Daniel Alves Castelo Branco  
Engenheiro Civil  
CREA - MA 141604246-1

## QUADRA PROJETO DE REFORMA

PROJETO DE REFORMA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUIRILÂNDIA  
PRAÇA DE ESPORTES  
TUIRILÂNDIA - MA  
PROJETO DE REFORMA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUIRILÂNDIA  
PRAÇA DE ESPORTES  
TUIRILÂNDIA - MA

02/02





## EDITAL

### ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

#### CONCORRÊNCIA - ELETRÔNICA Nº 05/2024

Prezados Senhores,

Pelo presente, submetemos à apreciação de V. Sra. a nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação.

#### 1. PROPOSTA DE PREÇOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
VALOR GLOBAL R\$ ____ (POR EXTENSO)					

#### 2. PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL: ...

CNPJ: ...

ENDEREÇO: ...

TELEFONE: ...

FAX: ...

E-MAIL: ...

#### 3. REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E/OU O CONTRATO

NOME: ...

CPF: ...

RG: ...

NACIONALIDADE: ...

ESTADO CIVIL: ...

PROFISSÃO: ...

ENDEREÇO COMPLETO: ...

#### 4. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: ...

#### 5. DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA: ...

Declaramos que estamos ciente e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

Local e data

Nome e assinatura do representante legal da empresa  
(Nº da identidade do declarante)



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUFILÂNDIA



**EDITAL**

**ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO**

CONTRATO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_  
COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS – LEI 14.233/2021



**PROCESSO DE ORIGEM**

CONCORRÊNCIA - ELETRÔNICA nº \_\_\_\_/\_\_\_\_  
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: \_\_\_\_/\_\_\_\_



**OBJETO CONTRATUAL**

.....



**VALOR CONTRATUAL**

R\$ ..... (.....)



**VIGÊNCIAS CONTRATUAL**

INICIAL: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
FINAL: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



**DADOS DO CONTRATANTE**

**RAZÃO SOCIAL CONTRATANTE, CNPJ nº** \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-\_\_\_\_  
Logradouro....., Número....., Bairro....., Cidade....., Estado.....  
Nome Responsavel Contrante....., CPF nº \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_-\_\_\_\_



**DADOS DO CONTRATADO**

**RAZÃO SOCIAL CONTRATADO, CNPJ nº** \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-\_\_\_\_  
Logradouro....., Número....., Bairro....., Cidade....., Estado.....  
Nome Responsavel Contratado....., CPF nº \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_-\_\_\_\_



**FISCAL DO CONTRATO**

Nome Fiscal Contrato.....

**PREÂMBULO**

Aos \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, a Razão Social Contratante..... – UF.., através da Unidade Administrativa Contratante ....., inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-\_\_\_\_, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente **TERMO DE CONTRATO**, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)**





## EDITAL

1.1 – O presente instrumento tem por objeto ..... de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência/Projeto Básico e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V)

2.1 – O valor do presente Contrato é de R\$ ..... (.....), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1						
2						
3						
Valor Total						R\$ .....

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.3 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.3.2 – Edital de Licitação e/ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

2.3.3 – A Proposta do Contratado;

2.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 – O prazo de vigência da contratação terá início na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e encerramento em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, e, em caso de serviços e fornecimentos contínuos, poderão ser prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.1 – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

4.1.2 – A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

3.2 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 – Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência/Projeto Básico, anexo a este Contrato.

### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

### CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

6.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.

6.2 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.





## EDITAL

- 10.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 6.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 10.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 6.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 6.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DO OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.
- 7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 7.7 – O **CONTRATADO** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 7.8 – O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 7.9 – O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

### CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

- 8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Tufilândia deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

#### DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE: .....  
CLASSIFICAÇÃO: .....  
NATUREZA DA DESPESA: .....  
FICHA: .....

- 8.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 9.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 9.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 9.3 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 9.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.





## EDITAL

9.5 – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.6 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

9.7 – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria desta administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

9.8 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.8.1 – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.9 – Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.10 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e Termo de Referência/Projeto Básico, parte integrante a este Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

10.2 – Em casos de fornecimento de equipamentos, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

10.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.4 – Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.5 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.6 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.7 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.8 – A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos relacionados na Ordem de Fornecimento/Serviço.

10.9 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

10.10 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.11 – Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

10.13 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.14 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.15 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.16 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.





## EDITAL

10.17 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

10.18 – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.19 – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

10.20 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.21 – Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.22 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 – Indenizações e multas.

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;





## EDITAL

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) **Multa** de:

- i) **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- ii) **Moratória** de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.
  - a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- iii) **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
- iv) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “a”, “b”, “c” e “d” do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.

12.3 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 – A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).





## EDITAL

12.9 – O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

12.10 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 – Os débitos do **CONTRATADO** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico, parte integrante a este Contrato.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

17.2 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Pindaré Mirim, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Tufilândia – MA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

### ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

PELA CONTRATADA

### TESTEMUNHAS

NOME:

NOME: